



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE MINAS  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO



Amanda Carvalho do Carmo

**ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO EM CENTROS HISTÓRICOS:  
PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA MONSENHOR CASTILHO  
BARBOSA EM OURO PRETO, MINAS GERAIS.**

OURO PRETO  
2025

Amanda Carvalho do Carmo

**Espaços Livres de Uso Público em Centros Históricos: Projeto de  
Requalificação da Praça Monsenhor Castilho Barbosa  
em Ouro Preto, Minas Gerais.**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao  
Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para  
a obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e  
Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Alice Viana de Araújo

Co-orientador: Prof. Dr. Yuri Queiroz Abreu Torres

Ouro Preto

2025



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Amanda Carvalho do Carmo**

### **Espaços Livres de Uso Público em Centros Históricos: Projeto de requalificação da Praça Monsenhor Castilho Barbosa em Ouro Preto, Minas Gerais**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de arquiteta-urbanista

Aprovada em 02 de setembro de 2025

#### Membros da banca

Profa. Dra. Alice Viana de Araújo - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Prof. Dr. Yuri Queiroz Abreu Torres - Co-Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Profa. Dra. Fernanda Alves de Brito Bueno - Avaliadora interna (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Arquiteto Rodrigo de Castro Silva Versiani Passos - Avaliador externo

Profa. Dra. Alice Viana de Araújo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/09/2025



Documento assinado eletronicamente por **Alice Viana de Araújo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/09/2025, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0981479** e o código CRC **EB7A5ADA**.

## RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre os Espaços Livres de Uso Público históricos e propõe uma intervenção projetual urbanística-paisagística na Praça Monsenhor Castilho Barbosa, adro da Basílica de Nossa Senhora do Pilar, inserida no perímetro da Zona de Proteção Especial de Ouro Preto. A pesquisa foca em relacionar a caracterização histórica com as demandas da contemporaneidade nesses espaços. A metodologia inclui a aplicação de meios de diagnóstico como a Avaliação Pós Ocupação e a Observação Participante, e de métodos projetuais característicos de espaços públicos, focados na melhoria da caminhabilidade e na ampliação das oportunidades de permanência nos espaços livres, permitindo a fruição dos espaços urbanos patrimoniais e também as demais atividades de lazer passivo, como a sociabilização. Espera-se que os resultados contribuam para a valorização dos Espaços Livres de Uso Público da ZPE de Ouro Preto, para que se tornem não somente pontos turísticos, mas locais de uso e interação da população local, oferecendo melhor qualidade de vida e lazer.

**Palavras-chave:** Espaços Livres de Uso Público, centros históricos, Zona de Proteção Especial, Ouro Preto, praça, demandas contemporâneas, estacionamento.

## **ABSTRACT**

This study examines historic Public Open Spaces and proposes an urban and landscape design intervention in Monsenhor Castilho Barbosa Square, the churchyard of the Basilica of Our Lady of the Pillar, located within the Ouro Preto Special Protection Zone. The research focuses on connecting the historical characterization of these spaces with the contemporary demands of these spaces. The methodology includes the application of diagnostic tools such as Post-Occupancy Assessment and Participant Observation, as well as specific design methods for public spaces, focused on improving walkability and expanding opportunities for lingering in open spaces, enabling the development of heritage urban spaces and other passive leisure activities, such as socializing. The results are expected to contribute to the enhancement of the Public Open Spaces of the Ouro Preto Special Protection Zone, so that they become not only tourist attractions but also places for use and interaction by the local population, offering a better quality of life and leisure.

**Keywords:** Open Spaces for Public Use, historic centers, Special Protection Zone, Ouro Preto, square, contemporary demands, parking.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Parque Raquel de Queiroz, em Fortaleza-CE.....	12
FIGURA 02 - A Matriz do Pilar tendo ao fundo a Serra de Ouro Preto e o Pico do Itacolomi.....	16
FIGURA 03 - Delimitação dos bairros do Distrito Sede de Ouro Preto, com a ZPE destacada em vermelho.....	17
FIGURA 04 - Identificação dos ELUPs na ZPE da Sede de Ouro Preto.....	18
FIGURA 05 - Praça Monsenhor Castilho Barbosa, em Ouro Preto-MG.....	19
FIGURA 06 - Imagem de uma possível ocupação de um largo histórico com mesas e cadeiras.....	24
FIGURA 07 - Imagem de uma possível ocupação de uma rua com mesas e cadeiras.....	24
FIGURA 08 - Mapa de localização do objeto de estudo em relação ao bairro Pilar e ao limite da ZPE.....	26
FIGURA 09 - Imagem da Praça Monsenhor Castilho Barbosa no ano de 1945.....	27
FIGURA 10 - Imagem da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	28
FIGURA 11 - Imagem aérea com a Basílica de Nossa Senhora do Pilar.....	29
FIGURA 12 - Localização e entorno da praça Monsenhor Castilho Barbosa.	30
FIGURA 13 - Perímetro de estudo e entorno da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	30
FIGURA 14 - Fluxos e acessos à Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	31
FIGURA 15 - Tipos de usos das edificações da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	32
FIGURA 16 - Imagem da Praça Monsenhor Castilho Barbosa com veículos estacionados, com seta em vermelho indicando a localização do balizador..	33
FIGURA 17 - Praça em frente à Basílica de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, preparada com tapetes devocionais na manhã de Páscoa, 2025.....	34
FIGURA 18 - Imagem da feira livre que ocorre na praça aos sábados.....	34
FIGURA 19 - Rotas dos pedestres no Adro do Pilar e entorno, registradas por observação no local.....	36
FIGURAS 20 E 21 - Detalhe da placa proibindo o estacionamento e carro estacionado em local proibido indicado com a seta laranja, respectivamente.....	37
FIGURA 22 - Área sinalizada para embarque e desembarque com a presença de ônibus de turismo e jardineira estacionados na Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	38
FIGURA 23 - Sub-áreas da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	39
FIGURA 24 - Adro da Basílica de Nossa Senhora do Pilar com grande número de turistas.....	40

FIGURA 25 - Área da Praça Monsenhor Castilho Barbosa com presença de veículos estacionados.....	41
FIGURA 26 - Imagem da Travessa Lauro Barbosa.....	42
FIGURA 27 - Inventário da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	43
FIGURA 28 - Revestimento do piso das calçadas.....	44
FIGURA 29 - Imagem de arandela de iluminação na praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	44
FIGURA 30 - Imagem de banco na praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	45
FIGURA 31 - Imagem de coletor de lixo na praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	45
FIGURA 32 - Diagrama representando o percurso do sol na Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	47
FIGURAS 33 E 34 - Equinócio de outono em 20/03 (à esquerda) e solstício de inverno 20/06 (à direita).....	48
FIGURAS 35 E 36 - Equinócio de primavera em 22/09 (à esquerda) e solstício de verão 21/12 (à direita).....	49
FIGURA 37 - Mapa de desafios.....	51
FIGURA 38 - Potenciais da proposta.....	52
FIGURA 39 - Vagas de estacionamento e sinalização vertical presentes atualmente na praça.....	54
FIGURA 40 - Readequação das vagas de estacionamento e sinalização vertical na proposta projetual.....	55
FIGURA 41 - Vista da proposta projetual.....	56
FIGURA 42 - Vista das vagas exclusivas de estacionamento.....	56
FIGURA 43 - Proposta de mobiliários.....	58
FIGURA 44 - Imagem da proposta projetual com mobiliários.....	59
FIGURA 45 - Lixeira da Linha Nanuk MMCité.....	60
FIGURA 46 - Bebedouro da Linha Hydro 410.....	60
FIGURA 47 - Floresiras da Linha Florium MMCité.....	61
FIGURA 48 - Vista da fachada lateral esquerda com a distribuição atual das arandelas.....	62
FIGURA 49 - Vista da fachada lateral esquerda com a distribuição de arandelas da proposta projetual.....	62
FIGURA 50 - Vista da fachada lateral direita com a distribuição atual das arandelas.....	62
FIGURA 51 - Vista da fachada lateral direita com a distribuição de arandelas da proposta projetual.....	62
FIGURA 52 - Banco com encosto Linha Vera MMCité.....	63
FIGURA 53 - Exemplo de malhas tensionadas utilizadas na Escola Municipal de Educação Infantil Caetano Furquim, localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais.....	64
FIGURA 54 - Paisagismo proposto no projeto.....	66

FIGURA 55 - Paisagismo aplicado na proposta projetual.....	67
FIGURA 56 - Simulação de adaptação projetual a uma missa ao ar livre.....	68
FIGURA 57 - Imagem 3D da simulação de adaptação projetual a uma missa ao ar livre.....	68
FIGURA 58 - Imagem da feira livre que ocorre na Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	69
FIGURA 59 - Simulação de adaptação projetual à feira livre.....	70
FIGURA 60 - Imagem 3D da simulação de adaptação projetual à feira livre..	70
FIGURA 61 - Imagem da festa junina que ocorre na Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	71
FIGURA 62 - Simulação de adaptação projetual à festa junina.....	72
FIGURA 63 - Imagem 3D da simulação de adaptação projetual à festa junina .....	72

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....</b>	<b>12</b>
2.1 Conceito de Espaços Livres de Uso Público.....	12
2.2 Uso e função dos ELUPs.....	14
2.3 Conflitos entre as demandas contemporâneas e os espaços históricos.....	15
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....</b>	<b>16</b>
3.1 Caracterização físico-geográfica de Ouro Preto e aspectos contemporâneos .....	16
3.2 Associação da legislação municipal com os espaços livres de uso público...21	
3.3 Breve histórico da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	26
<b>4. DIAGNÓSTICO.....</b>	<b>30</b>
4.1 Caracterização urbanística da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	32
4.2 Análise das dinâmicas internas da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	36
4.2.1 Sub-áreas da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	39
4.3 Diagnóstico físico da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	43
4.4 Aspectos ambientais: estudo de insolação.....	47
<b>5. PROPOSTA PROJETUAL.....</b>	<b>51</b>
5.1 Readequação das vagas de estacionamento e sinalização vertical.....	53
5.2 Mobiliário e iluminação urbana.....	58
5.3 Paisagismo.....	65
5.4 Adaptação projetual aos diversos usos e eventos na Praça Monsenhor Castilho Barbosa.....	68
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema principal o estudo dos Espaços Livres de Uso Público (ELUPs), como os largos, praças e parques, tendo como recorte temático os espaços livres de uso público em centros históricos. A Zona de Proteção Especial (ZPE) do município de Ouro Preto, Minas Gerais, foi escolhida como recorte geográfico e o recorte temporário é o momento atual.

Os espaços livres de uso público localizados em centros históricos enfrentam muitos desafios na adaptação às demandas contemporâneas, nem sempre oferecendo diversidade de oportunidades de apropriação e, por vezes, não respondendo a algumas importantes necessidades da população atual. Uma forte adversidade enfrentada por esses espaços é a onipresença de veículos, que limita as possibilidades de apropriação para outros fins, como o lazer, pois se utiliza estes locais majoritariamente como estacionamentos. Além disso, a ausência de mobiliários urbanos adequados desestimula a apropriação desses locais e a inexperiência da gestão pública na manutenção desses espaços contribui para sua degradação, comprometendo tanto a funcionalidade quanto o patrimônio histórico. Por fim, a ausência de um cronograma de atividades voltadas ao lazer periódico impede a criação de uma dinâmica regular que valorize os espaços e promova a interação entre os moradores locais.

No entanto, através de uma experiência de estágio na Prefeitura Municipal de Ouro Preto, a autora percebeu que a mesma tem demonstrado interesse em investir na qualidade dos ELUPs. Através de estudos realizados pelo Departamento de Projetos Urbanísticos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação e pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Plus Ultra, da UFOP, foi possível visualizar a forte presença destes espaços na ZPE de Ouro Preto e tomou-se consciência do quanto eles são pouco utilizados para o efetivo lazer da população. A cidade de Ouro Preto possui grande carência de áreas externas públicas de convívio, de modo que qualificar estes locais, como os largos, seria contribuir para uma forte melhoria na qualidade de vida dos moradores.

A hipótese por nós levantada é de que em um projeto de intervenção nos espaços públicos, em especial aqueles de espaço indistinto da circulação, pode haver um redimensionamento de áreas destinadas a diferentes atividades, no qual a redução do espaço excedente destinado à mobilidade veicular pode garantir mais oportunidades de apropriação para o lazer, como também requalificar o uso destes espaços para um melhor aproveitamento da população. O objetivo geral deste trabalho é desenvolver uma proposta piloto de requalificação de pequenos ELUPs no centro histórico, utilizando como objeto de estudo e ação projetual a Praça Monsenhor Castilho Barbosa. Os objetivos específicos são: desenvolver uma reflexão sobre a relevância dos ELUPs na atualidade e sua relação com os espaços patrimoniais, realizar um diagnóstico dos espaços físicos, da infraestrutura e das dinâmicas urbanas da Praça Monsenhor Castilho Barbosa e, por fim, elaborar um projeto de intervenção urbanística/paisagística de fácil implementação e baixo impacto na paisagem, que permita flexibilidade de usos e contemplação da paisagem histórica.

A metodologia de pesquisa utilizada na realização deste trabalho englobou leituras de referências bibliográficas específicas de mobilidade urbana, qualidade dos ELUPs e projetos próprios para ELUPs, além do reconhecimento e análise das diretrizes e normas cabíveis à ZPE de Ouro Preto, que pudessem interferir de algum modo nas decisões projetuais. Além disso, contou com a análise de métodos de diagnóstico empregados pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Plus Ultra, associados a métodos projetuais específicos de espaços públicos e seleção de ELUP a ser escolhido como beneficiário do projeto. A etapa de desenvolvimento projetual foi composta pela observação dos resultados do diagnóstico, da dinâmica de cada imóvel em relação à pressão por estacionamentos, levantamento arquitetônico, estudo da NBR-9050 e de manuais de estacionamento para reorganização das vagas e da área de manobras na via pública, confecção de diferentes cenários de apropriação ao longo do ano, redesenho de todo o piso, definição de áreas para mobiliário fixo e móvel, estudo de iluminação, vegetação e sombreamento.

Neste caderno, estes conteúdos foram estruturados da seguinte forma: o Capítulo 2 traz a fundamentação teórica da pesquisa, contendo os conceitos

principais e os principais conflitos entre os ELUPs em áreas históricas e as demandas da contemporaneidade. O Capítulo 3 apresenta um breve histórico dos ELUPs presentes na ZPE de Ouro Preto. O Capítulo 4 demonstra o diagnóstico realizado, apresentando as características estruturais, urbanísticas e ambientais do ELUP escolhido. No capítulo 5, apresentamos a proposta de requalificação, considerando elementos como a mobilidade, iluminação, sinalização e paisagismo. Por último, no capítulo 6, relatamos as conclusões obtidas a partir desta pesquisa, refletindo sobre como os benefícios advindos do projeto de intervenção da Praça Monsenhor Castilho Barbosa poderiam ser também expandidos a áreas similares na ZPE através da aplicação dos métodos aqui discutidos.

## **2. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**

Como fundamentação teórica desta pesquisa, apresentaremos definições, usos e desafios contemporâneos relacionados aos ELUPs, particularmente no que diz respeito ao contexto das cidades históricas brasileiras, considerando que o objeto de estudo está situado em Ouro Preto, Minas Gerais.

### **2.1 Conceito de Espaços Livres de Uso Público**

Consideramos, atualmente, os Espaços Livres de Uso Público (ELUPs) como ambientes que não possuem edificações, sendo delimitados por construções ou vias, e que tem como proprietários o poder público. Esses espaços desempenham um papel fundamental na organização urbana, oferecendo áreas destinadas ao lazer, à recreação e ao descanso da população. Podem ser exemplificados como ELUPs largos, pontes, jardins, parques e praças, que muitas vezes se tornam pontos de encontro para a população.

A cartilha Guia do Espaço Público<sup>1</sup> conceitua os espaços públicos como todos os lugares de uso público, acessíveis<sup>2</sup> e agradáveis, gratuitos e sem fins lucrativos.

---

<sup>1</sup> Conexão Cultural, 2016, 1ª edição.

<sup>2</sup> “Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.” (IPHAN, 2003)

Estes ambientes configuram a identidade da cidade, muitas vezes tornando-se cartões-postais e sendo cenário para uma grande diversidade de acontecimentos como eventos festivos, manifestações artísticas e culturais, feiras comerciais, práticas esportivas, dentre outros.

FIGURA 01 - Parque Raquel de Queiroz, em Fortaleza-CE.



Fonte: ArchDaily. Foto de Joana França. Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/993270/novos-usos-e-diretrizes-contemporaneas-para-os-espacos-publicos>>. Acesso em agosto de 2025.

Adicionalmente, também são considerados espaços públicos os locais ou equipamentos edificados de uso comum, como por exemplo hospitais, escolas e bibliotecas, e que apesar do fato de serem públicos não são impedidos de ter um regimento que regule seu uso, limitando o horário de abertura e proibindo a realização de algumas atividades (ARAUJO, 2018). São nesses ambientes, que a vida coletiva, ao menos em teoria, se manifesta sem condicionantes estipulados por diferenças de religião, etnia, gênero ou condição econômica, permitindo que a diversidade se expresse de forma autêntica e contribuindo para o fortalecimento do senso de comunidade e pertencimento social.

## 2.2 Uso e função dos ELUPs

Durante muito tempo, o convívio de grupos diferentes em áreas públicas das cidades brasileiras não era comum. No período imperial, a Constituição de 1824 definia a religião Católica Apostólica Romana como legítima do Império, de forma que outras manifestações religiosas e culturais eram proibidas nos espaços públicos (ARAÚJO, 2018).

Com o desenvolvimento industrial e a criação das leis trabalhistas, a classe operária passou a ter mais horas ociosas, aumentando a demanda por áreas livres e democratizando o uso de praças e parques. Com isso, os espaços públicos tornaram-se o local da família, que busca um ambiente para recreação. Um bom exemplo são as tradicionais praças centrais das cidades interioranas, local de socialização de famílias, lazer e também de eventos festivos.

Uma atividade muito tradicional em espaços públicos é o consumo, principalmente, de gêneros alimentícios, como as feiras de vendedores ambulantes. Observa-se que as praças e largos das cidades antigas sempre foram espaços de trocas, pois sediavam feiras bem antes da existência de lojas e outros equipamentos comerciais, responsáveis por grande parte da animação urbana (ARAÚJO, 2018). A venda de produtos dinamiza estes espaços e influencia a permanência dos indivíduos nos mesmos.

Além disso, em muitos espaços públicos estão sendo incluídas práticas de lazer ativo, como playgrounds, as academias da saúde<sup>3</sup> (que vêm sendo substituídas por equipamentos para calistenia), e a implantação de quadras poliesportivas. Também são utilizados para eventos festivos e manifestações artísticas e culturais, desde tradicionais como o carnaval, festas juninas e procissões religiosas, até práticas mais contemporâneas como festivais de cinema, musicais ou gastronômicos.

---

<sup>3</sup> O Programa Academia da Saúde (PAS), lançado pelo Governo Federal em 2011, foi uma estratégia de promoção da saúde com a implantação de espaços públicos onde são ofertadas práticas de atividades físicas para a população.

### 2.3 Conflitos entre as demandas contemporâneas e os espaços históricos

O rápido avanço da urbanização, estimulado pelo desenvolvimento da industrialização, resultou em um processo de decadência dos centros históricos. Muitas residências centrais e pericentrais pertencentes às classes médias foram abandonadas em troca de habitações periféricas, seja nos subúrbios ajardinados do século XIX e início do século XX, característicos dos países centrais; seja nos loteamentos e condomínios fechados da segunda metade do século XX e do início deste século, mais típicos de países como o Brasil (ARAÚJO, 2018). Esse contexto atribuiu a muitas áreas centrais um caráter de degradação, o que favoreceu o surgimento da cultura de preservação patrimonial.

Ao longo dos últimos séculos, ela tem evoluído gradualmente, ampliando a compreensão dos objetos de preservação (incluindo entre eles os espaços livres de uso público) e também modificando suas posturas para facilitar a coexistência entre o antigo e o novo. Os documentos responsáveis pela consolidação dessas posturas e pela disseminação das diretrizes de preservação pelo mundo são as cartas patrimoniais, que começaram a ser produzidas ainda na primeira metade do século XX, antes mesmo da criação dos grandes órgãos internacionais como a UNESCO. (ARAÚJO,2018)

As cartas patrimoniais mais recentes, produzidas a partir da década de 1990 até os dias atuais reconhecem que os centros históricos são "organismos vivos, em constante adaptação entre o antigo e o contemporâneo"<sup>4</sup>. Tal perspectiva sustenta a pertinência da preservação dos espaços públicos de valor histórico, assegurando-lhes a continuidade de uso e a manutenção de seus significados no contexto contemporâneo, admitindo "a inserção de elementos contemporâneos que facilitem as apropriações e motivem as pessoas a desfrutar melhor das riquezas desses espaços"<sup>5</sup>.

Ao mesmo tempo que a adaptação dos espaços históricos às demandas contemporâneas aparenta ser um desejo da população como um todo, percebemos uma forte cenarização dos mesmos, sucumbindo à pressão para adaptar esses espaços para o usufruto dos turistas ou para atender ao gosto, por vezes

---

<sup>4</sup> Araújo, 2018.

<sup>5</sup> Araújo, 2018.

conservador, das classes dominantes. Essas intervenções podem ter consequências positivas, como a valorização do espaço e o estímulo da economia em centros mais fragilizados; no entanto, há também aspectos negativos como a exclusão de populações mais pobres e o sensacionalismo turístico. Além disso, o uso desses espaços também vem sendo comprometido, de forma que um local que deveria oferecer oportunidades de descanso e lazer para a população, como os largos dos centros históricos, muitas vezes se encontra preenchido por veículos em trânsito ou estacionados.

Como processo dessa análise, fica clara a necessidade de adaptação dos espaços públicos históricos às demandas contemporâneas, permitindo apropriações mais variadas e inclusivas e redimensionando o grande espaço conferido aos automóveis, de modo que a preservação do patrimônio e as necessidades da população local possam ser priorizadas.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**

#### **3.1 Caracterização físico-geográfica de Ouro Preto e aspectos contemporâneos**

A cidade de Ouro Preto localiza-se no Quadrilátero Ferrífero, centro-sul do estado de Minas Gerais. Situado a aproximadamente 100km da capital mineira, Belo Horizonte, o município possui área territorial de 1.245,865 km<sup>2</sup>, com população estimada de 77.601 pessoas (IBGE, 2022). O desenvolvimento de Ouro Preto se deu principalmente pelas atividades mineradoras, iniciadas no período aurífero do século XVIII e que, ainda hoje, é um forte ramo na região, com a extração de minério de ferro e bauxita, matérias primas para a produção de alumínio. Além da mineração, outros elementos que influenciam a economia local são a universidade, com grande fluxo de estudantes todos os dias, e o turismo crescente, atraído pelos eventos culturais, religiosos e pela paisagem histórica.

FIGURA 02 - A Matriz do Pilar tendo ao fundo a Serra de Ouro Preto e o Pico do Itacolomi.



Fonte: Foto de Marcos O. Costa. Disponível em:

<<https://marcosocosta.wordpress.com/2011/10/16/a-rua-conselheiro-santana-e-a-matriz-do-pilar-em-ouro-preto/>>. Acesso em agosto de 2025.

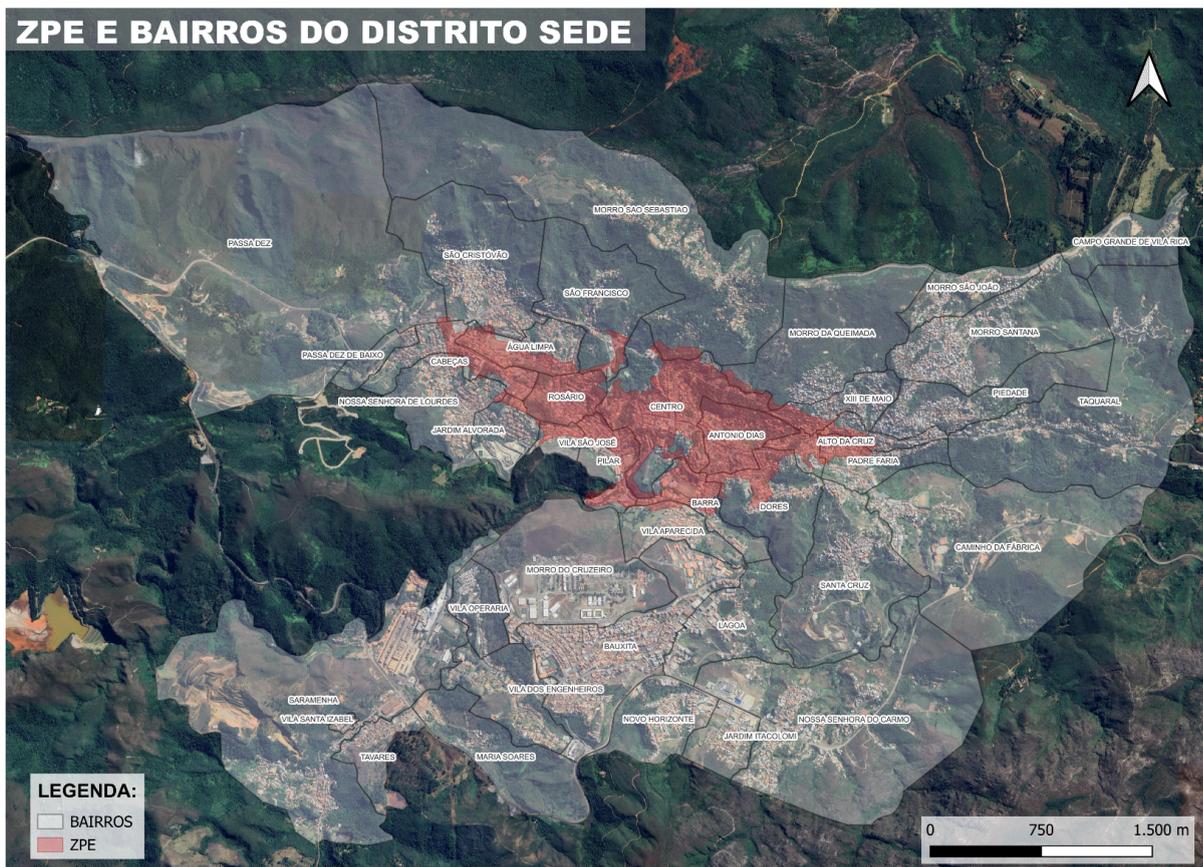
Na Zona de Proteção Especial de Ouro Preto, há uma grande concentração de espaços livres históricos, os quais apresentam muitos conflitos relacionados à adaptação de sua forma original às demandas da contemporaneidade, especialmente à introdução dos veículos automotores no século XX. A Lei Complementar nº 93 de 20 de janeiro de 2011, define a ZPE como:

Art. 7º A ZPE - Zona de Proteção Especial compreende as áreas que contêm os valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, resultantes da presença de traçados urbanísticos originais e de tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar. (OURO PRETO, 2011, p.2)

A ZPE foi categorizada pelo Art.42 do Plano Diretor Municipal (Ouro Preto, 2011) englobando o Centro, que ainda se mantém como principal centralidade do município, além dos bairros Pilar, Rosário, Água Limpa, São Francisco, São Cristóvão, Passa Dez, Cabeças, Nossa Senhora de Lourdes, Jardim Alvorada, Vila

São José, Barra, Vila Aparecida, Antônio Dias, Dores, Alto da Cruz, XIII de Maio, Morro da Queimada e Morro São Sebastião.

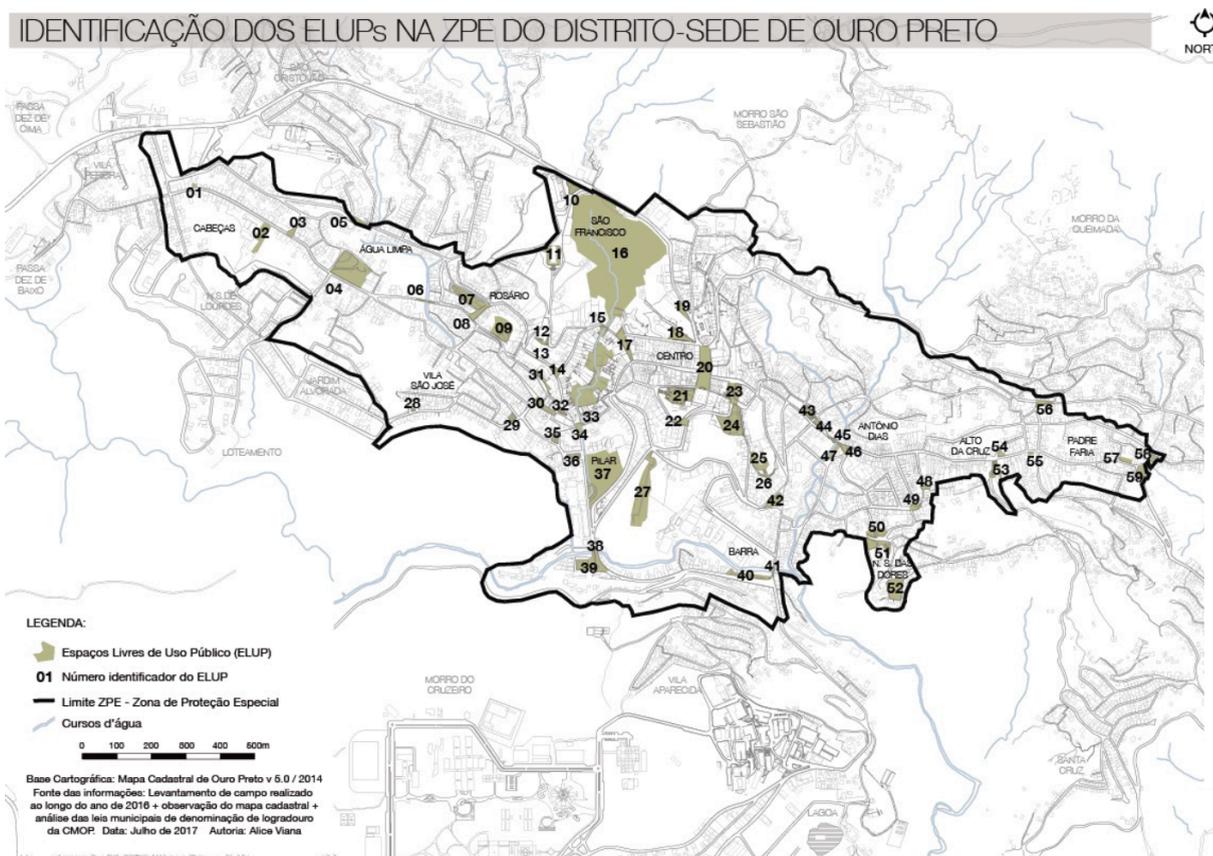
FIGURA 03 - Delimitação dos bairros do Distrito Sede de Ouro Preto, com a ZPE destacada em vermelho.



Fonte: Desenvolvido pela autora com base na Infraestrutura de Dados Espaciais de Ouro Preto, 2025.

Devido especialmente à sua vasta extensão e importância geográfica, o perímetro da ZPE compreende um grande número de ELUPs (Fig.3). Sabemos que quanto mais dinâmico for o espaço urbano, maior é a chance de que um espaço livre de uso público inserido em seu contexto seja apropriado no cotidiano, servindo de suporte às atividades ali presentes (ARAÚJO, 2018). Neste estudo, reconhecemos a relação dos ELUPs com os processos urbanos, essencial para compreendermos sua potencialidade de usos.

FIGURA 04 - Identificação dos ELUPs na ZPE da Sede de Ouro Preto



Fonte: ARAÚJO, 2017.

A cidade de Ouro Preto situa-se na região montanhosa da Serra do Espinhaço, em que seu relevo irregular influenciou fortemente no traçado urbano do Distrito Sede. Esta característica também teve um impacto muito direto na formação dos espaços livres de uso público, explicando suas tímidas dimensões, pois verifica-se a quase indisponibilidade de superfícies planas mais amplas no sítio (ARAÚJO, 2018). Além disso, as particularidades das curvas de níveis naturais do terreno resultaram em vias estreitas e com declividades acentuadas, de modo que as características estruturais persistiram às influências antrópicas.

Além dos habitantes locais, o centro histórico também concentra um crescente fluxo de turistas, atraídos pela diversidade de monumentos históricos, como o Museu da Inconfidência<sup>6</sup>, entre muitos outros. Essa diversidade de fluxos, juntamente com as dificuldades impostas pelo traçado da cidade, acarretam em

<sup>6</sup> Segundo a PMOP, no ano de 2024, o Museu da Inconfidência recebeu cerca de 347 mil visitantes, o maior número desde sua inauguração em 1944.

diversos problemas, principalmente relacionados à mobilidade urbana. Apesar de concentrar diversos pontos turísticos, como os museus e as igrejas, o centro histórico ainda é um espaço da população residente com comércios locais, escolas, etc. e que precisa atender as demandas de tais moradores, incluindo o acesso a espaços públicos de qualidade.

FIGURA 05 - Praça Monsenhor Castilho Barbosa, em Ouro Preto-MG.



Fonte: Foto da autora, 2025.

Em relação à mobilidade dos pedestres, a situação das calçadas, que são revestidas geralmente por lajes irregulares de quartzito, com largura reduzida e muito escorregadias, devido à declividade e ao desgaste do revestimento, não oferecem segurança de caminhabilidade e pouca ou nenhuma acessibilidade. Assim, muitos pedestres optam por se deslocarem no leito carroçável, o que também é uma opção insegura, devido à circulação intensa de veículos, especialmente de passeio e principalmente de turistas.

Tais dificuldades de caminhabilidade, acentuadas pela topografia extremamente íngreme de grande parte das vias e pela precariedade do transporte público, acarretam na adoção de veículos motorizados para os deslocamentos cotidianos por parte significativa da população residente e visitante. Com isso, o aumento de veículos em circulação aumenta também a demanda por estacionamentos:

Podemos afirmar que a disponibilidade de estacionamento é atualmente um dos maiores problemas nos centros urbanos, pois devido à ampla adoção dos automóveis como meio de transporte, essa nunca parece ser suficiente; ao mesmo tempo observamos que os estacionamentos também podem provocar vários problemas quando existentes (poluição visual, ocupação desmesurada do espaço público, conflitos com outras formas de apropriação, etc.). (ARAÚJO, 2018, p. 67)

Devido a essa grande demanda, largos e praças passam a ser utilizados como estacionamentos, tendo como exemplo o nosso objeto de estudo (Praça Monsenhor Castilho Barbosa), o que torna-se um problema urbano não só por dificultar a circulação dos pedestres nesses ambientes, como também impossibilitar a apropriação dos mesmos como espaços de encontro e lazer para a população.

Situações como essa levantam diversas questões relacionadas às formas de apropriação dos espaços públicos históricos e o modo como podemos associar as demandas contemporâneas de uso e mobilidade a esses locais. Nos próximos tópicos, apresentaremos políticas públicas que tangem os ELUPs da ZPE de Ouro Preto.

### **3.2 Associação da legislação municipal com os espaços livres de uso público**

Como dito anteriormente, os espaços públicos são áreas que abrangem parques, praças e largos, nos quais não somente a gestão e manutenção são de responsabilidade do poder público municipal, como também o estabelecimento de leis, decretos e portarias, que normatizam as regras de uso e intervenção para esses locais. O objeto de estudo desta pesquisa, como já mencionado no início deste capítulo, localiza-se na Zona de Proteção Especial do município de Ouro Preto, onde as legislações que mais afetam os ELUPs são a Lei de Parcelamento,

Ocupação e Uso do Solo (OURO PRETO, 2011), o Código de Posturas (OURO PRETO, 1980) e a Portaria Nº 312 (IPHAN, 2010).

A Seção II da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo estabelece as Diretrizes Básicas da ZPE, fundamentais para a preservação do acervo urbanístico-arquitetônico da área:

Art. 84 A preservação da notabilidade do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico é determinada através da manutenção das seguintes características:

- I. o quadro natural e a paisagem envolvente;
- II. a morfologia urbana e os traçados dos logradouros;
- III. a unidade dos conjuntos urbanos;
- IV. a relação entre as áreas edificadas e as não edificadas;
- V. as tipologias arquitetônicas;
- VI. a diversidade e a multiplicidade dos usos;
- VII. os espaços públicos de reunião e encontro;
- VIII. as manifestações culturais.

(OURO PRETO, 2011, grifo da autora)

Art. 85 A preservação do acervo urbanístico-arquitetônico é fator preponderante para a definição das intervenções neste sítio, e deverá:

- I. ser compatibilizada com os valores e necessidades da vida urbana atual e do desenvolvimento sócio-econômico;
- II. ser utilizada para a melhoria tanto da qualidade de vida na cidade, quanto do ambiente urbano.

(OURO PRETO, 2011)

Apesar do Art. 84 citar os espaços livres de uso público em apenas um item, é notório que todos os outros estão interligados, de modo que a paisagem, os traçados dos logradouros, as áreas edificadas ou não, as manifestações culturais e a diversidade de usos, são fatores essenciais para determinar a qualidade de um espaço urbano. O Art. 85 reforça a necessidade de equilibrar a preservação do patrimônio com o desenvolvimento urbano, de modo a preservar o traçado original da cidade, mas também garantir que as demandas contemporâneas sejam asseguradas, conforme citado no subcapítulo 2.3.

Além disso, ao analisar a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo é notória a rigidez em relação aos parâmetros urbanísticos<sup>7</sup> de áreas edificadas, enquanto há poucas regulamentações acerca dos espaços livres. Araújo (2018) afirma que:

Os únicos artigos que se relacionam mais diretamente com possíveis intervenções em espaços públicos são: o Art. 89, que diz que “A manutenção das principais visadas e perspectivas dos monumentos e conjuntos urbanos, a partir dos mirantes e eixos de visadas, constituem critério para a análise dos projetos e definição das diretrizes de intervenção”; o Art.90, que discorre sobre o sistema viário da ZPE, ratificando que “Deverão ser mantidos o sistema construtivo e a permeabilidade do revestimento do sistema viário”; e talvez o Art. 118, que informa que “Os letreiros e placas luminosas não serão admitidos dentro do perímetro da ZPE”, visto que o impacto destes é sentido na paisagem. (ARAÚJO, 2018)

Ao analisarmos os artigos mencionados, percebemos que não há diretrizes que garantam a inalterabilidade dos ELUPs ou exigências específicas como revestimentos, configuração atual das calçadas e do leito carroçável ou do posicionamento de mobiliário urbano, como postes e lixeiras. Essa flexibilização pode ser uma oportunidade para gerar intervenções que possam melhorar significativamente a acessibilidade e a atratividade dos ELUPs, possibilitando adaptações que respeitem a identidade do espaço, mas que também favoreçam sua funcionalidade e qualidade de uso, atendendo as demandas da população.

Em relação à apropriação dos espaços livres de uso público, o Código de Posturas é uma legislação de extrema relevância. Criada em 1980, mesmo ano em que Ouro Preto foi reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO, o Código de Posturas estabelece normas de ordem pública a fim de garantir a manutenção do município. Um ponto relevante em relação ao Código de Posturas e os ELUPs é o detalhamento proposto pela Lei Complementar Nº 225 de 16 de maio de 2023 em relação à criação de novas regras gerais para a colocação de mesas, cadeiras e mobiliário complementar em logradouros públicos e em áreas *non aedificandi* em favor de estabelecimentos de serviços de alimentação.

---

<sup>7</sup> O anexo III da Lei Complementar Nº 93 de 20 de Janeiro de 2011, apresenta os parâmetros urbanísticos de acordo com os zoneamentos apresentados no Art. 6º da mesma lei. (OURO PRETO, 2011).

Art. 2º A colocação de mesas, cadeiras e mobiliário complementar poderá ser feita nas áreas de afastamento frontal do imóvel, assim como nos passeios, nos espaços de quarteirões fechados, nas praças e jardins, observadas as condições desta Lei Complementar e das demais normas aplicáveis.

§1º O espaço utilizado para colocação de mesas e cadeiras não poderá exceder a testada do imóvel correspondente ao estabelecimento, exceto se contar com a anuência do vizinho lateral.

§2º Poderá ser utilizado mobiliário de proteção climática, desde que removível, e ainda:

I - restrito ao horário de funcionamento autorizado;

II - que não conflite com a arborização e com o mobiliário urbano;

III - que esteja exclusivamente sobre as mesas e cadeiras, respeitando a área a elas destinadas. (OURO PRETO, 2023)

No entanto, a Lei Complementar N° 225/2023 ainda deixa dúvidas nas regras de ocupação dos espaços históricos por mobiliários urbanos, como a padronização de mesas e cadeiras, espaços de circulação e afastamentos entre mesas e cadeiras. Em 2024, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, iniciou um estudo visando a padronização e o uso dos mobiliários urbanos em espaços públicos, dividindo esses espaços em passeio, parklet<sup>8</sup>, largo operacional (figura 6) e rua operacional (figura 7). Entretanto, tal estudo não progrediu e não teve aplicação prática na prefeitura, de modo que a lei em vigor atualmente continua sendo a Lei Complementar N° 225/2023.

---

<sup>8</sup> Os *parklets* operacionais e os espaços operacionais são formas de utilização do logradouro público para serviços de alimentação com consumo no local devidamente licenciados (Belo Horizonte, 2023).

FIGURA 06 - Imagem de uma possível ocupação de um largo histórico com mesas e cadeiras.



Fonte: Desenvolvido pela autora juntamente ao Departamento de Projetos Urbanísticos e Paisagísticos (DEPURB), SMDUH.

FIGURA 07 - Imagem de uma possível ocupação de uma rua com mesas e cadeiras.



Fonte: Desenvolvido pela autora juntamente ao Departamento de Projetos Urbanísticos e Paisagísticos (DEPURB), SMDUH.

Outra legislação de grande relevância para análise ao se estudar os ELUPs de Ouro Preto é a Portaria Nº 312, estabelecida pelo IPHAN em 20 de outubro de 2010. Tal portaria “dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal” (IPHAN, 2010). De acordo com o Título III (Da Setorização do Conjunto Tombado), o objeto de estudo desta pesquisa localiza-se em uma Área de Proteção Especial (APE), a qual “corresponde ao núcleo de maior concentração de bens de interesse cultural, compreendida pelo

arruamento de origem setecentista ou que guarda relação com este, áreas verdes de interesse paisagístico, bens e obras de arte tombados isoladamente, com edificações de construção de diferentes períodos” (IPHAN, 2010). Assim, é necessário garantir a visibilidade do monumento e seu entorno (no caso desta pesquisa, a Basílica de Nossa Senhora do Pilar), como também a requalificação da paisagem urbana, conforme o Capítulo I, Art. 22, da mesma portaria.

O Capítulo V da portaria em questão trata exclusivamente dos espaços públicos e áreas verdes, alegando que ações de reabilitação dos espaços e da paisagem compreendem humanização dos espaços públicos, elaboração de projetos de requalificação paisagística e ambiental, e revalorização arquitetônica dos conjuntos edificados, considerando-se aspectos de usos adequados de volumetria e composição (IPHAN, 2010). Além disso, dispõe as seguintes diretrizes que devem ser cumpridas com precisão em intervenções propostas na APE:

Art. 66. Os espaços públicos conformados pelas praças e largos públicos deverão ter tratamento marcado pelo realce de grandes superfícies planas, com mobiliário urbano discreto, não se admitindo canteiros de jardins elevados, salvo exceções tecnicamente justificadas.

Art. 67. A iluminação dos espaços públicos deverá realçar o conjunto arquitetônico e paisagístico das igrejas, capela, passos e demais monumentos da cidade, bem como permitir a percepção do conjunto edificado e sua relação com as áreas verdes.

(IPHAN, 2010)

### **3.3 Breve histórico da Praça Monsenhor Castilho Barbosa**

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a Praça Monsenhor Castilho Barbosa (Adro da Basílica de Nossa Senhora do Pilar), inserida no bairro Pilar, na Zona de Proteção Especial (ZPE) do município de Ouro Preto, importante acervo histórico patrimonial do período colonial.

FIGURA 08 - Mapa de localização do objeto de estudo em relação ao bairro Pilar e ao limite da ZPE.



Fonte: Desenvolvido pela autora com base na Infraestrutura de Dados Espaciais de Ouro Preto, 2025.

Na praça está inserida a Basílica de Nossa Senhora do Pilar, a qual foi tombada como um bem de valor histórico nacional, de acordo com o Decreto-Lei nº 25 de 1937, inscrita no Livro do Tombo 3 (na época denominado Livro do Tombo Histórico), nº 246, folha 42, em 08 de setembro de 1939<sup>9</sup>. Um dos principais cartões postais da cidade na contemporaneidade, a basílica foi construída entre 1728 e 1730, substituindo a antiga capela em madeira e taipa, nos primeiros anos do século XVIII<sup>10</sup>. De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, o título de “basílica” foi concedido pelo Vaticano, em 2012, devido à sua relevância artística, cultural e arquitetônica.

É importante ressaltar que, dos vários arraiais mineradores fundadores da antiga Vila Rica, o Pilar sempre se destacou, não apenas como polarizador de todos os arraiais situados ao oeste, desde a entrada da aglomeração, mas também como o de maior destaque em termos de vitalidade, pois tinha uma concentração bem mais expressiva de comércios e serviços que seu rival, o arraial de Antônio Dias,

<sup>9</sup> Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro, 2024.

<sup>10</sup> Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, 2019.

que polarizava a porção leste. O coração desta centralidade colonial relevante era, sem dúvida, o espaço que circundava a Capela de Nossa Senhora do Pilar, hoje, basílica (VASCONCELLOS, 1956) .

FIGURA 09 - Imagem da Praça Monsenhor Castilho Barbosa no ano de 1945.



Fonte: Alberto Lopes Leiloeiro. Disponível em:

<<https://www.albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=7368243&ctd=16>>.

Acesso em agosto de 2025.

Do ponto de vista morfológico, o adro apresenta uma configuração irregular, possivelmente em consequência de um processo gradual de ocupação do solo, aliado às sucessivas substituições de edificações que avançaram sobre sua área original. Segundo Araújo (2018):

“[...] houve um esforço por parte da Câmara Municipal de criar um espaço mais generoso defronte ao templo na ocasião de um incêndio em 1714 que destruiu parte das casas vizinhas à igreja. O novo alinhamento possibilitado pela destruição das antigas casas, entretanto, estava relacionado a uma versão do templo que não existe mais. Assim, as novas edificações podem ter sido feitas respeitando o novo alinhamento, mas a igreja foi também posteriormente reconstruída, ganhando sucessivos acréscimos, o que possa talvez possa ter provocado um novo desalinho com o adro pré-existente.” (ARAÚJO, 2018.)

FIGURA 10 - Imagem da Praça Monsenhor Castilho Barbosa<sup>11</sup>.



Fonte: Segue Viagem. Disponível em:

<https://www.segueviagem.com.br/destino-nacional/o-que-fazer-em-ouro-preto-minas-gerais/attachme nt/ouopreto-minasgerais-brazil-abr242020partialviewof/>. Acesso em agosto de 2025.

Atualmente, na cripta da basílica, opera o Museu de Arte Sacra de Ouro Preto. Inaugurado no ano 2000, o museu, de acordo com a Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, é um espaço sob a sacristia que foi encontrado durante a última reforma da basílica, onde acredita-se ter sido uma mina de ouro. Ainda segundo dados da paróquia, o acervo é constituído por aproximadamente 400 peças, produzidas entre os séculos XVII e XIX, e compreende exemplares de natureza religiosa e profana, representativos dos estilos Maneirista, Barroco, Rococó e Neoclássico, os quais documentam e ilustram aspectos significativos da história da antiga Vila Rica durante o apogeu da mineração aurífera.

Assim, é importante compreendermos a grande relevância histórica da praça Monsenhor Castilho Barbosa, reforçada pela presença da Basílica de Nossa

---

<sup>11</sup> Pela imagem, é possível visualizar a irregularidade no traçado da praça a partir do lado direito da Basílica, sobreposto por edificações.

Senhora do Pilar, monumento de grande valor histórico e arquitetônico, cuja relevância no contexto do barroco mineiro atrai diariamente significativo fluxo de visitantes<sup>12</sup>. Tal interação entre espaço público e monumento fortalece o papel da praça como ponto de convergência entre patrimônio, religiosidade e turismo cultural.

#### 4. DIAGNÓSTICO

Como mencionado anteriormente, para aplicabilidade deste estudo, escolhemos a praça Monsenhor Castilho Barbosa como objeto de intervenção. A praça, com aproximadamente 1200m<sup>2</sup>, foi escolhida especialmente devido ao seu papel fundamental como Adro da Basílica de Nossa Senhora do Pilar, edificação histórica religiosa mais importante do patrimônio ouropretano. Conhecida como a “igreja de ouro”, a basílica do Pilar tem aproximadamente 434 quilos de ouro<sup>13</sup>, fazendo dela a segunda mais rica do país<sup>14</sup>.

FIGURA 11 - Imagem aérea com a Basílica de Nossa Senhora do Pilar.



Fonte: Dicas do Nosso Brasil. Disponível em:

<<https://dicasdonosso brasil.com.br/ouro-preto/basilica-de-nossa-senhora-do-pilar-em-ouro-preto/>>.

Acesso em agosto, 2025.

<sup>12</sup> De acordo com a Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, no ano de 2024, a basílica recebeu 168.305 visitantes.

<sup>13</sup> De acordo com o website do Instituto Estrada Real.

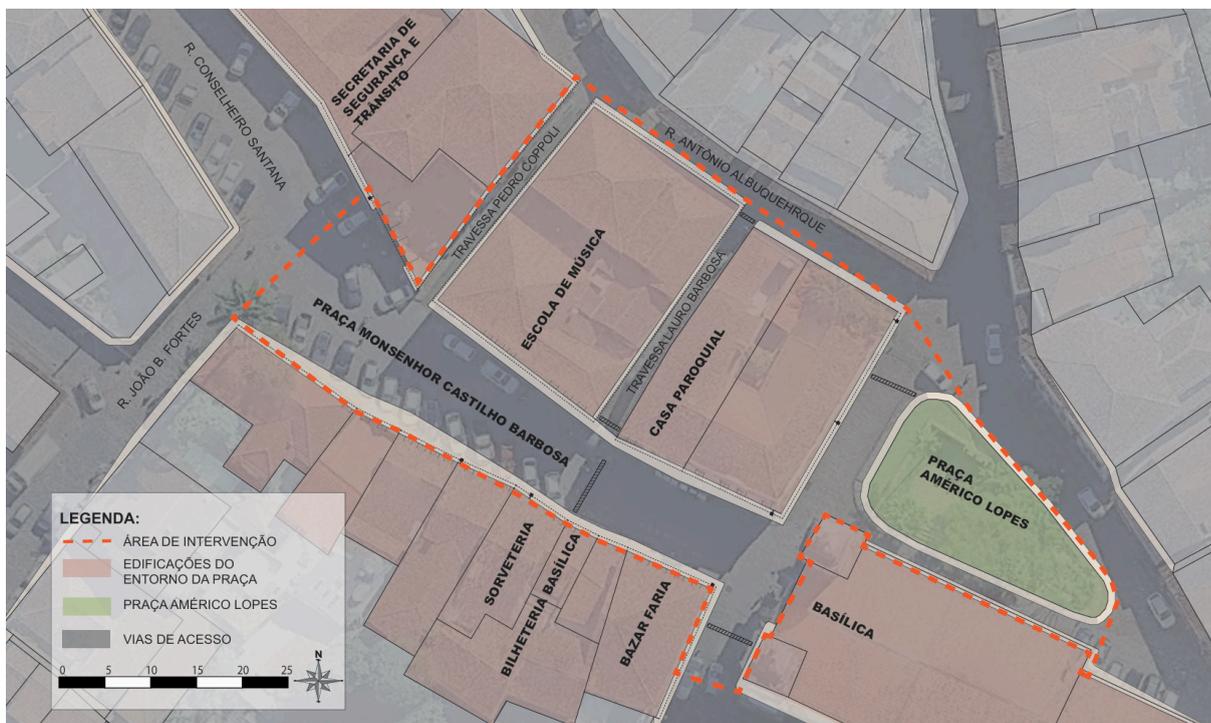
<sup>14</sup> A igreja com maior volume de ouro do Brasil é a igreja de São Francisco de Assis, no Centro Histórico de Salvador, na Bahia, de acordo com o site G1.

FIGURA 12 - Localização e entorno da praça Monsenhor Castilho Barbosa.



Fonte: Desenvolvido pela autora com base na Infraestrutura de Dados Espaciais de Ouro Preto, 2025.

FIGURA 13 - Perímetro de estudo e entorno da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.

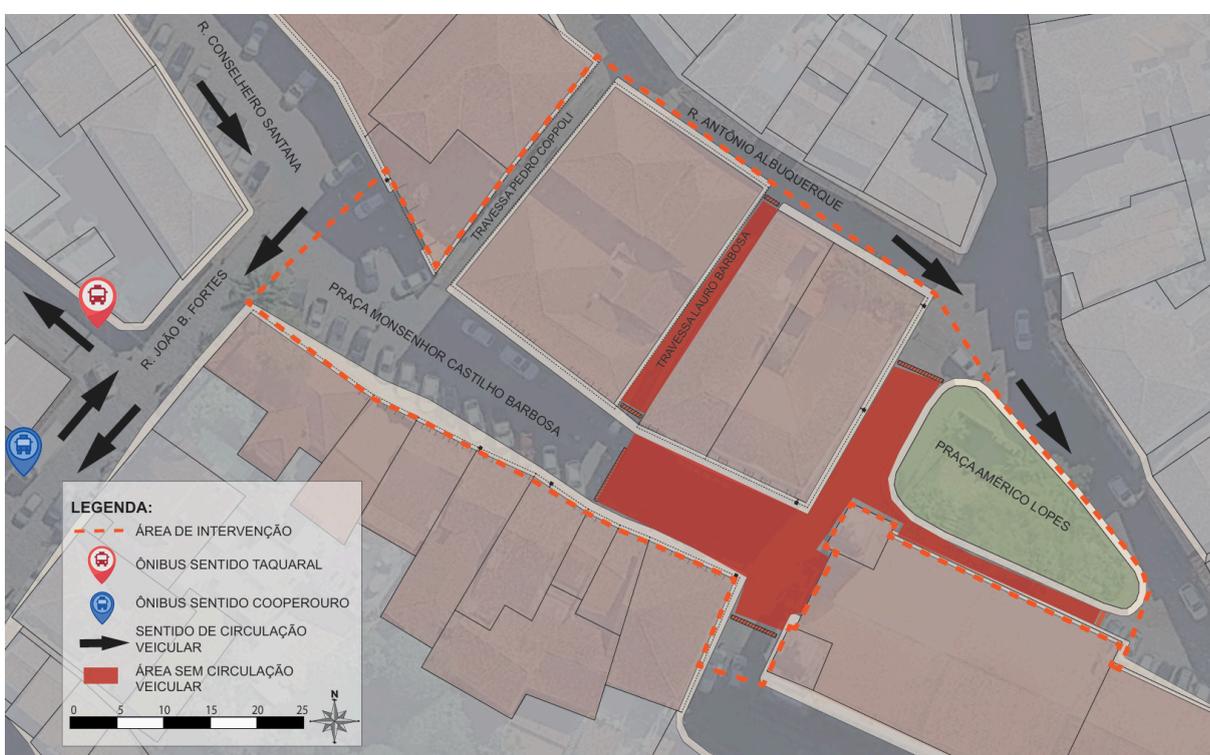


Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

#### 4.1 Caracterização urbanística da Praça Monsenhor Castilho Barbosa

Os principais acessos à praça Monsenhor Castilho Barbosa são pelas ruas João B. Fortes, Conselheiro Santana, Antônio Albuquerque, pela praça Américo Lopes e pelas travessas Pedro Coppoli e Lauro Barbosa. Em questão de acesso via transporte público, os pontos de ônibus mais próximos localizam-se na rua João B. Fortes, onde passa apenas uma linha de ônibus, Linha 100 - Taquaral X Hospital/Cooperouro<sup>15</sup> (figura 14).

FIGURA 14 - Fluxos e acessos à Praça Monsenhor Castilho Barbosa.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

Em relação ao entorno, na praça Monsenhor Castilho Barbosa localiza-se a Basílica de Nossa Senhora do Pilar, a Escola de Música Padre Simões e a papelaria Bazar Faria, além de estar próxima à Praça Américo Lopes, à Secretaria de Segurança e Trânsito, à Escola Estadual Dom Velloso, à Procuradoria Geral do Município de Ouro Preto, ao PROCON e à Prefeitura, dentre outros (figura 12). Percebe-se, assim, que os usos das edificações do entorno são variados: comercial (papelaria, lojas, sorveteria), residencial, misto (residencial/comercial/institucional) e

<sup>15</sup> Informações obtidas na página virtual do Consórcio Rota Real.

institucional (religioso e educacional). Devido a essa diversidade de usos, a praça recebe uma grande circulação de pessoas, seja de turistas e/ou fiéis para as visitas e celebrações na basílica, de professores e alunos da escola de música, de funcionários e clientes do comércio local, além dos funcionários da Secretaria de Segurança e Trânsito.

FIGURA 15 - Tipos de usos das edificações da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

Essa diversidade de usos impõe pressões sobre a praça Monsenhor Castilho Barbosa, onde a papelaria se destaca por exercer pressão sobre o espaço viário ao receber veículos para carga e descarga todos os dias, além do estacionamento de clientes. A basílica de N. Sra. do Pilar também gera fluxo significativo, principalmente nos horários de missas e visitas de turistas, além da Escola de Música Padre Simões, cujos alunos e funcionários também exercem pressão no sistema viário devido à grande demanda por vagas de estacionamentos. Há calçadas para circulação de pedestres em todo o entorno da praça, porém estreitas,

e a presença de veículos são majoritariamente estacionados até o limite dos balizadores.

FIGURA 16 - Imagem da Praça Monsenhor Castilho Barbosa com veículos estacionados, com seta em vermelho indicando a localização do balizador..



Fonte: Foto da autora, 2025.

Ao longo do ano, os fluxos na praça Monsenhor Castilho Barbosa são variáveis devido a alguns eventos que ocorrem na mesma. A maior presença de público ocorre nas festividades anuais fixas, as quais podemos citar a Semana Santa, novena de Nossa Senhora do Pilar, festa junina e durante o tradicional carnaval de Ouro Preto, quando o bloco “O balanço da cobra” se concentra nos arredores da praça. Além disso, há também eventos mais rotineiros, como a celebração das missas (todos os dias às 07:00hs e aos domingos também às 19:00hs) e a feira livre licenciada pela prefeitura (todos os sábados de 06:00hs às 13:00hs).

FIGURA 17 - Praça em frente à Basílica de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, preparada com tapetes devocionais na manhã de Páscoa, 2025.



Fonte: Jornal Voz Ativa. Foto de Tino Ansaloni. Disponível em:

<https://jornalvozativa.com/cultura/jornal-voz-ativa-ilumina-a-fe-e-a-tradicao-com-cobertura-imersiva-d-a-semana-santa-em-ouro-preto-mg/>. Acesso em agosto de 2025.

FIGURA 18 - Imagem da feira livre que ocorre na praça aos sábados.



Fonte: Foto da autora, 2025.

No âmbito socioeconômico, o local caracteriza-se por apresentar imóveis com valor de mercado elevado<sup>16</sup>, devido à presença da Basílica de N. Sra. do Pilar, uma das construções de maior valor histórico para a cidade. Algumas edificações, como a Escola de Música Padre Simões, são também propriedade da Paróquia do Pilar<sup>17</sup>. Além das residências e edificações paroquiais, alguns imóveis são alugados por comerciantes, o que reforça a dinâmica de valorização da praça.

#### **4.2 Análise das dinâmicas internas da Praça Monsenhor Castilho Barbosa**

Para compreender o atual estado da Praça Monsenhor Castilho Barbosa, realizamos uma análise quali-quantitativa do espaço, fundamentada em critérios consolidados no campo de pesquisa da qualidade dos espaços públicos. Este estudo foi realizado por meio de avaliações pós-ocupação (APO) baseadas nas metodologias desenvolvidas pelas professoras do Departamento de Arquitetura da Universidade da Califórnia, Clare Cooper-Marcus e Carolyn Francis (1998), que visam entender como os espaços são realmente utilizados e percebidos pelos usuários.

O primeiro método utilizado foi o da observação participante, que se baseou em visitas na praça em diferentes dias e horários, a fim de compreender quem são os usuários do local, para onde tendem a se locomover e o que estão fazendo. A partir disso, constatamos que os usuários da praça Monsenhor Castilho Barbosa variam predominantemente entre turistas, comerciantes, pessoas que frequentam as missas na Basílica, alunos e funcionários da escola de música Padre Simões, funcionários da Secretaria de Segurança e Trânsito e pessoas que estão indo utilizar o transporte público com pontos de embarque nas proximidades da praça.

Além disso, verificamos que a praça é mais utilizada como local de passagem, onde a maioria das pessoas que ali transitam tendem a se direcionar à Rua Randolpho Bretas (Rua da Escadinha) - que dá acesso à Rua São José, um dos principais polos comerciais da cidade de Ouro Preto - ou em direção às ruas João B. Fortes e Benedito Valadares, onde estão inseridos os pontos de ônibus.

---

<sup>16</sup> Comparando preços de locação e venda no website da Imobiliária Itacolomi, os imóveis do bairro Pilar possuem valor de oferta mais altos do que em outros bairros mais afastados do centro histórico, como, por exemplo, na Bauxita.

<sup>17</sup> De acordo com informações da Secretaria Paroquial.

FIGURA 19 - Rotas dos pedestres no Adro do Pilar e entorno, registradas por observação no local.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

Em conversas informais com alguns usuários da praça, a principal queixa que nos foi mencionada é a falta de organização em relação às vagas de estacionamento, de modo que os veículos ocupam, muitas vezes, toda a extensão da praça até o limite definido pelos balizadores, o que acarreta em problemas de organização no trânsito local, dificultando, por exemplo, o embarque e desembarque dos turistas usuários das jardineiras. Em relação às informações da administração, identificamos placas proibindo o estacionamento em toda a extensão da Escola de Música Padre Simões, permitindo apenas a parada para embarque e desembarque. Entretanto, por vezes, alguns veículos ainda estacionam no local, o que pode atrapalhar o acesso à escola.

FIGURAS 20 E 21 - Detalhe da placa proibindo o estacionamento e carro estacionado em local proibido indicado com a seta laranja, respectivamente.



Fonte: Fotos da autora, 2025.

FIGURA 22 - Área sinalizada para embarque e desembarque com a presença de ônibus de turismo e jardineira estacionados na Praça Monsenhor Castilho Barbosa.



Fonte: Foto da autora, 2025.

A partir dessas visitas e da aplicação dos métodos avaliativos, percebemos que a praça é mais ocupada pelos veículos do que pelas pessoas. Um dos motivos pode estar relacionado à necessidade de mobiliário urbano que estimule a permanência dos indivíduos, visto que atualmente o espaço é mais utilizado para contemplação de turistas para fotos e a circulação de pessoas que trabalham nas proximidades, conforme citado anteriormente. A seguir, apresentaremos os resultados do método mais detalhado que foi aplicado.

#### **4.2.1 Sub-áreas da Praça Monsenhor Castilho Barbosa**

A partir da análise qualitativa realizada na Praça Monsenhor Castilho Barbosa, de acordo com os métodos de avaliação propostos por Cooper-Marcus e Francis (1998), foi possível identificar e delimitar algumas sub-áreas no interior do espaço, definidas de acordo com os diferentes modos de apropriação e uso por parte do público.

FIGURA 23 - Sub-áreas da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

A primeira sub-área observada pode ser definida como um espaço de contemplação, situada em frente à fachada principal da Basílica de Nossa Senhora do Pilar. Nela, turistas e visitantes encontram um ponto privilegiado para contemplar os elementos arquitetônicos da edificação, fazer registros fotográficos e vivenciar a experiência estética proporcionada por um dos marcos históricos mais importantes da cidade.

FIGURA 24 - Adro da Basílica de Nossa Senhora do Pilar com grande número de turistas.



Fonte: Foto da autora, 2025.

Também é possível constatar a existência de uma sub-área relacionada ao uso do espaço para estacionamento de veículos. Atualmente, a praça oferece 14 vagas regulares, localizadas ao lado direito da praça em relação à rua Conselheiro Santana (figura 27). Entretanto, observou-se em diferentes dias a presença de automóveis estacionados em locais não permitidos, como na área destinada ao embarque e desembarque de micro-ônibus e jardineiras (igura 25), bem como no espaço central da área sinalizada, evidenciando uma apropriação irregular do espaço público.

FIGURA 25 - Área da Praça Monsenhor Castilho Barbosa com presença de veículos estacionados<sup>18</sup>.



Fonte: Foto da autora, 2025.

Por último, também é possível observar a existência de uma sub-área destinada à circulação, que se manifesta de maneira mais evidente nas calçadas localizadas no entorno imediato das edificações, bem como nas travessas Pedro Coppoli e Lauro Barbosa. Esses espaços cumprem a função de garantir o deslocamento dos pedestres, articulando os diferentes setores da praça e conectando-a às vias adjacentes.

---

<sup>18</sup> Nota-se que os veículos particulares estão estacionados na área destinada ao embarque e desembarque das jardineiras, de modo que há uma jardineira estacionada em local irregular, possivelmente influenciando o trânsito negativamente.

FIGURA 26 - Imagem da Travessa Lauro Barbosa.



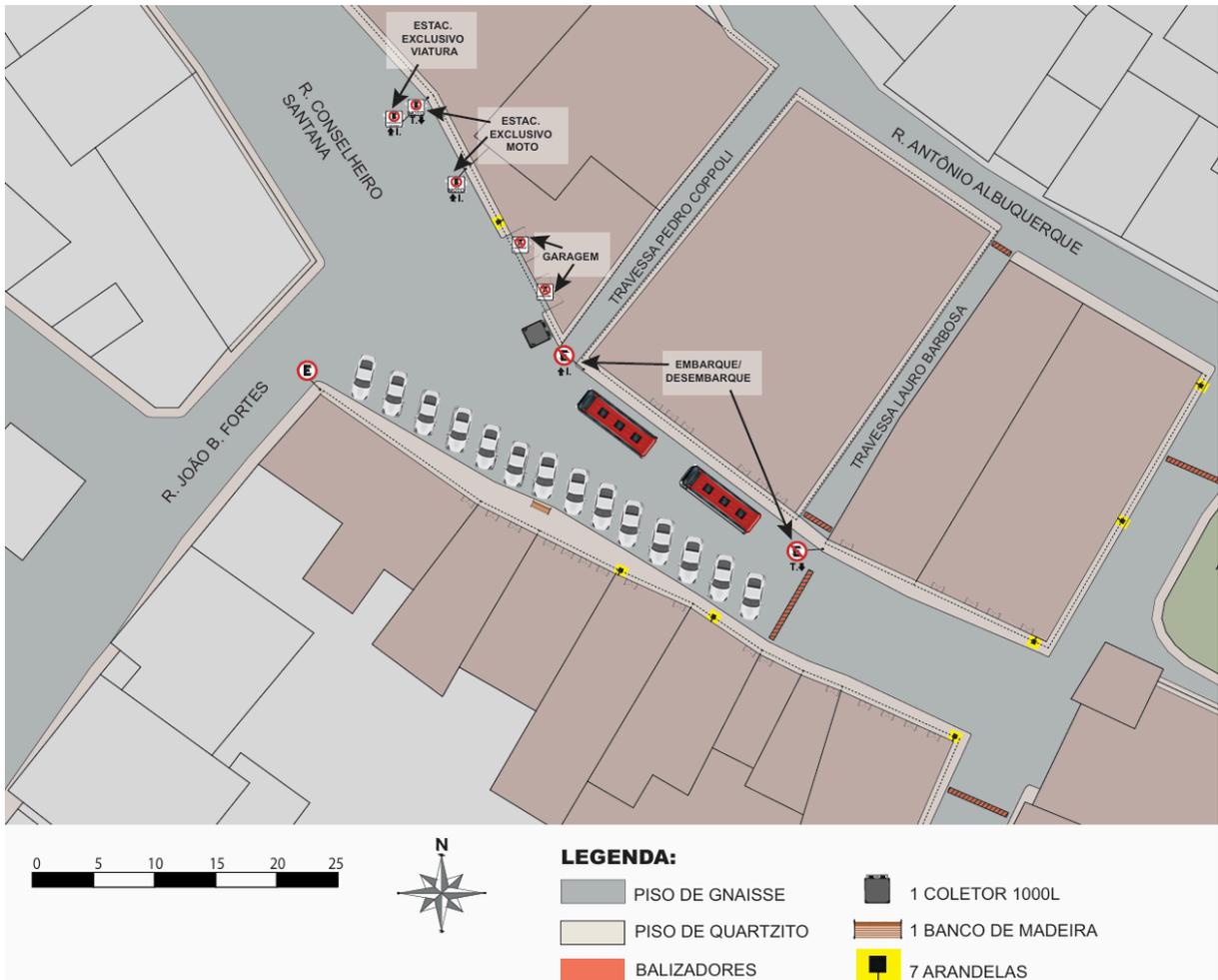
Fonte: Foto da autora, 2025.

#### 4.3 Diagnóstico físico da Praça Monsenhor Castilho Barbosa

Em relação à estrutura da Praça Monsenhor Castilho Barbosa, observamos que as calçadas apresentam revestimento em Quartzito Ouro Preto (figura 28), material característico da região. Outro aspecto estrutural relevante é a ausência de posteamento próprio para iluminação pública, uma vez que a iluminação noturna é realizada exclusivamente por meio das arandelas fixadas nas edificações que circundam a praça, o que limita a uniformidade e a intensidade da luz no espaço (figura 29).

No que se refere ao mobiliário urbano, a praça apresenta infraestrutura bastante restrita, contando apenas com um banco (figura 30) posicionado em frente à loja “Gemas Geraes” e um único coletor de lixo (figura 31), conforme demonstrado no inventário abaixo. Essa carência de mobiliário urbano evidencia não apenas a insuficiência de equipamentos voltados ao conforto e permanência dos usuários, mas também aponta para a necessidade de investimentos em uma infraestrutura que favoreça maior apropriação do espaço público.

FIGURA 27 - Inventário da Praça Monsenhor Castilho Barbosa.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 28 - Revestimento do piso das calçadas.



Fonte: Foto da autora, 2025.

FIGURA 29 - Imagem de arandela de iluminação na praça Monsenhor Castilho Barbosa.



Fonte: Foto da autora, 2025.

FIGURA 30 - Imagem de banco na praça Monsenhor Castilho Barbosa.



Fonte: Foto da autora, 2025.

FIGURA 31 - Imagem de coletor de lixo na praça Monsenhor Castilho Barbosa.



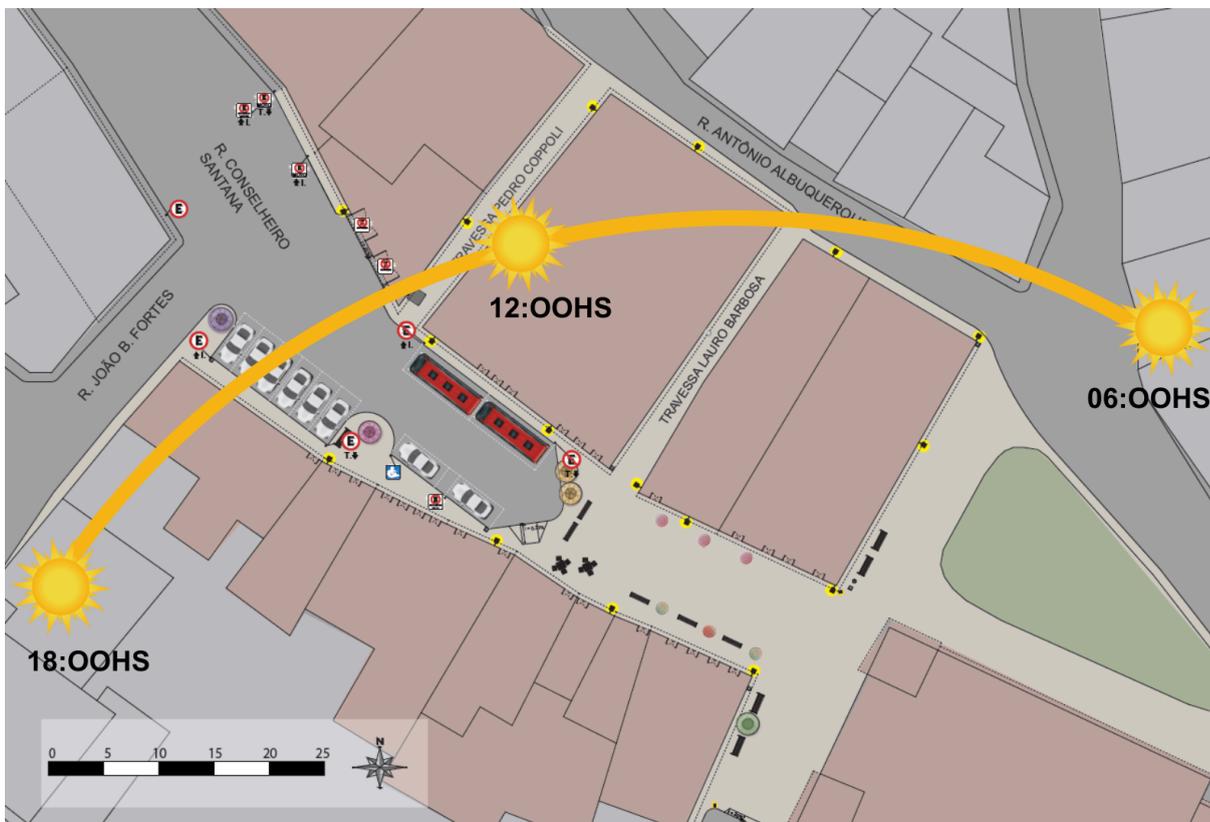
Fonte: Foto da autora, 2025.

Adicionalmente, verificamos que não há presença de espécies paisagísticas distribuídas ao longo da extensão da praça, o que contribui para a escassez de áreas verdes e limita o conforto ambiental do espaço. No entanto, nas suas imediações, há o jardim da Praça Américo Lopes, o que suaviza a aridez do entorno. O sombreamento disponível ocorre de forma restrita, sendo proporcionado exclusivamente pelas edificações adjacentes e apenas em determinados horários do dia, o que reduz a proteção solar em períodos de maior incidência de luz, conforme estudaremos no próximo subcapítulo.

#### **4.4 Aspectos ambientais: estudo de insolação**

Para dar continuidade à análise da Praça Monsenhor Castilho Barbosa, realizamos um estudo detalhado de sombreamento, etapa fundamental para compreendermos o comportamento da iluminação natural no espaço urbano e sua influência sobre o conforto dos usuários. Assim, foram efetuadas simulações da incidência solar ao longo de todo o perímetro de estudo, considerando diferentes horários do dia, bem como os períodos dos equinócios e solstícios anuais.

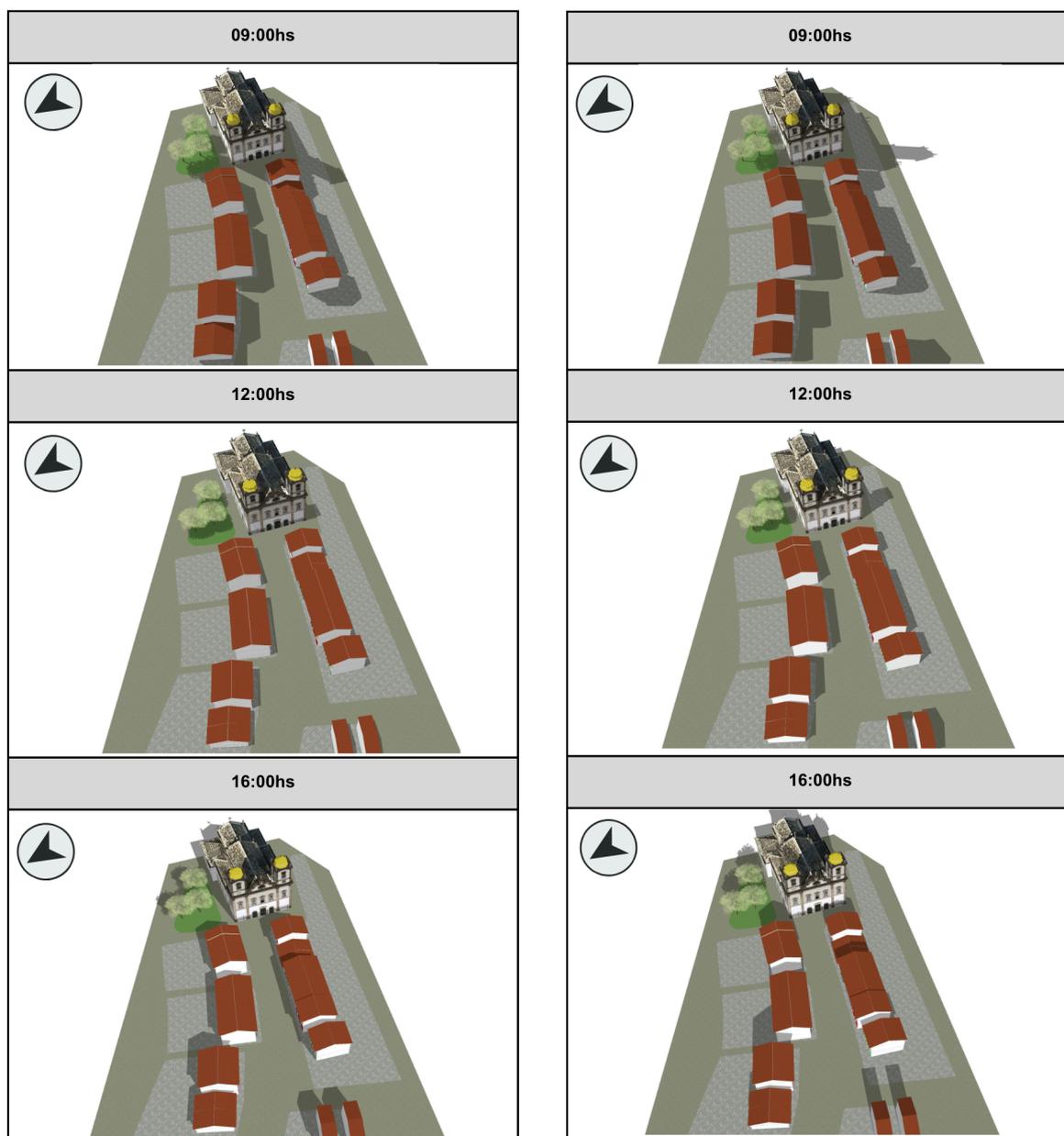
FIGURA 32 - Diagrama representando o percurso do sol na Praça Monsenhor Castilho Barbosa.



.Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

Durante o equinócio de outono (20/03), a praça recebe maior sombreamento pela manhã e maior incidência solar próximo ao meio-dia, horário de menor conforto térmico. No solstício de inverno (20/06), as sombras cobrem grande parte da praça por volta das 09:00hs da manhã, resultando em um ambiente mais agradável termicamente.

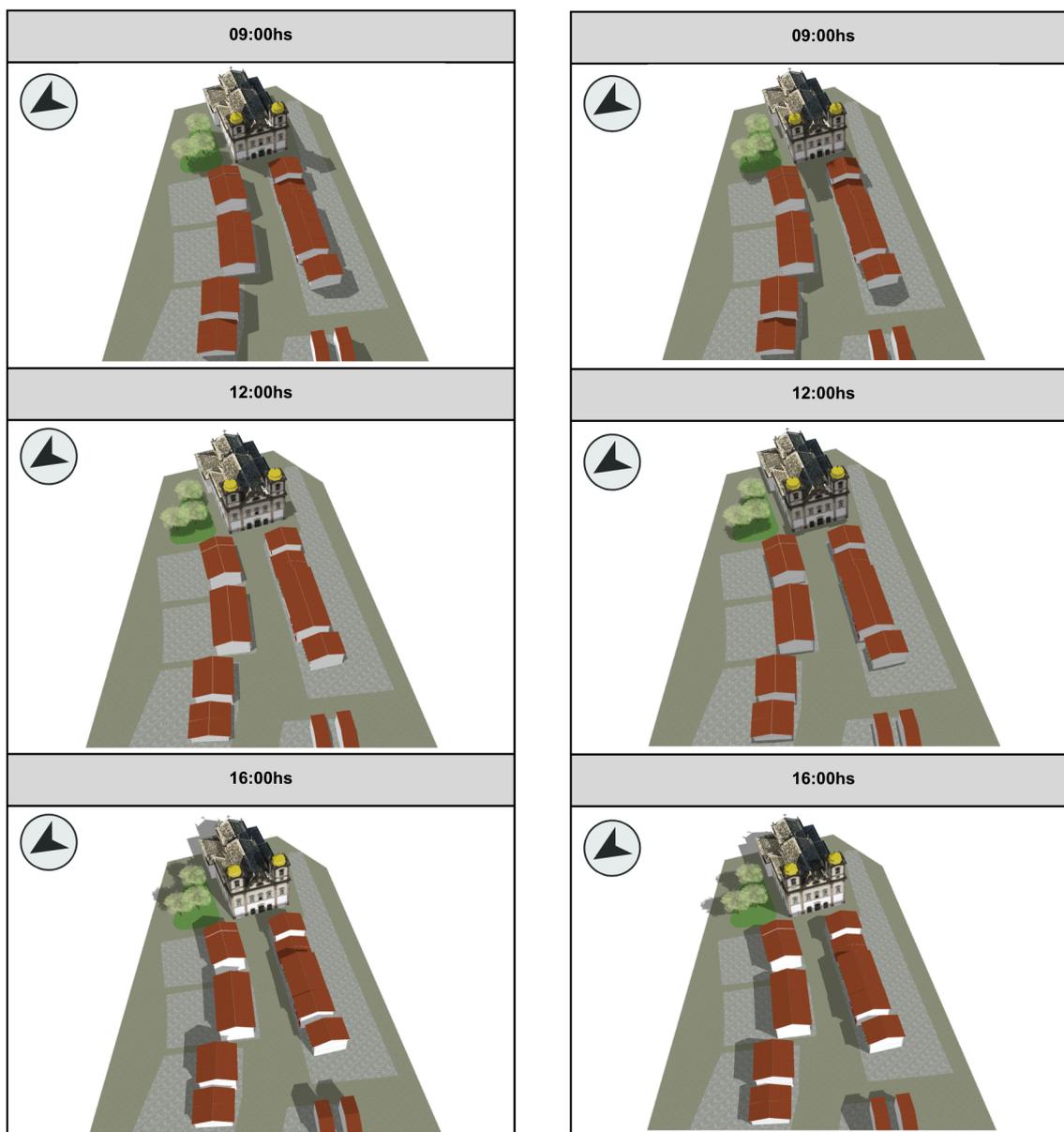
FIGURAS 33 E 34 - Equinócio de outono em 20/03 (à esquerda) e solstício de inverno 20/06 (à direita).



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

No equinócio de primavera (22/09), a situação é semelhante ao equinócio de outono, com sombras mais longas pela manhã, resultando em um melhor conforto térmico por volta das 09:00hs, mínimo de sombreamento ao meio dia e sombras mais alongadas à tarde. No solstício de verão (21/12), as sombras são mais curtas pela manhã e quase não há sombreamento ao meio dia, deixando a permanência no local menos agradável aos usuários.

FIGURAS 35 E 36 - Equinócio de primavera em 22/09 (à esquerda) e solstício de verão 21/12 (à direita).



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

De forma geral, a Praça Monsenhor Castilho Barbosa apresenta maior incidência solar durante o solstício de verão, quando quase toda a sua extensão fica exposta à luz direta do sol por volta do meio-dia, aumentando a percepção de calor e diminuindo o conforto térmico dos usuários. Por outro lado, o maior índice de sombreamento é observado no solstício de inverno, especialmente nos períodos da manhã e da tarde, quando as sombras projetadas pelas edificações circundantes

cobrem grande parte da praça, criando um ambiente mais agradável do ponto de vista térmico.

## **5. PROPOSTA PROJETUAL**

Após analisar todas as dinâmicas da Praça Monsenhor Castilho Barbosa por meio do diagnóstico, identificamos os principais desafios a serem considerados na elaboração do projeto, sendo eles: a desorganização das vagas de estacionamento (e a conseqüente desorganização do trânsito e a poluição visual da paisagem histórica), a falta de mobiliário urbano, a ausência de espécies paisagísticas e a ineficiência da iluminação pública.

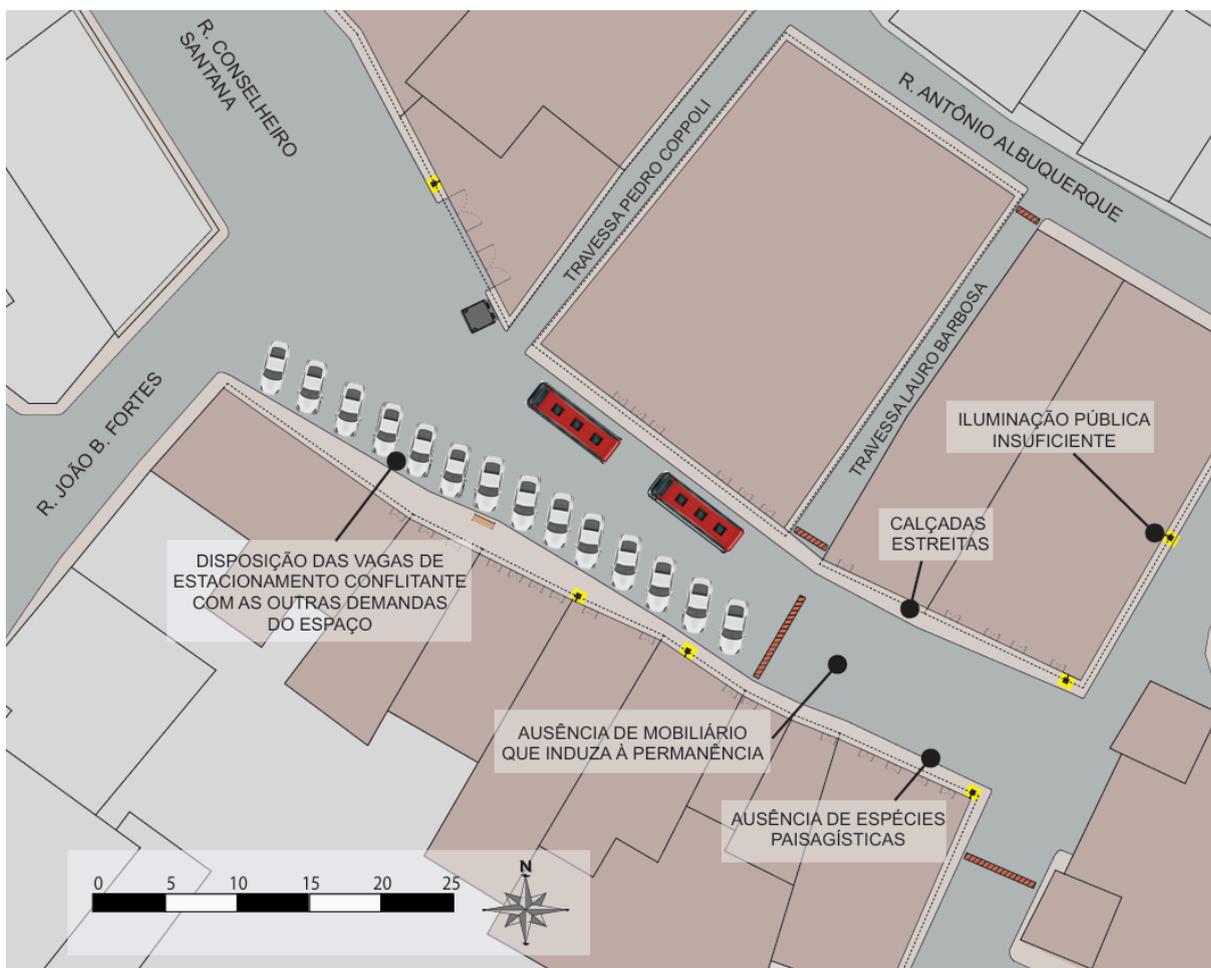
A praça possui muitas potencialidades em relação à paisagem, devido à vista para a Basílica de Nossa Senhora do Pilar e o casario histórico em todo seu entorno. Em relação à infraestrutura, possui um espaço relativamente plano e amplo - uma raridade no contexto urbano ouropretano, capaz de sediar uma diversidade de eventos para a comunidade local, além do comércio local ser valorizado devido à proximidade com atrações turísticas.

A partir disso, foi possível propor as seguintes diretrizes: organização e sinalização das vagas de estacionamento, incluindo vagas para idosos e pessoas com mobilidade reduzida (segundo NBR-9050<sup>19</sup>), alargamento das calçadas para melhoria da caminhabilidade, implantação de mobiliários urbanos fixos e móveis para permitir apropriações de maior duração, inclusão de espécies paisagísticas (que não interfiram na visada da Basílica, conforme Portaria Nº 312 do IPHAN citada no subcapítulo 3.2 deste estudo), melhorias na iluminação pública, estudo de estratégia de sombreamento para diferentes épocas do ano e diferentes cenários de ocupação do espaço.

---

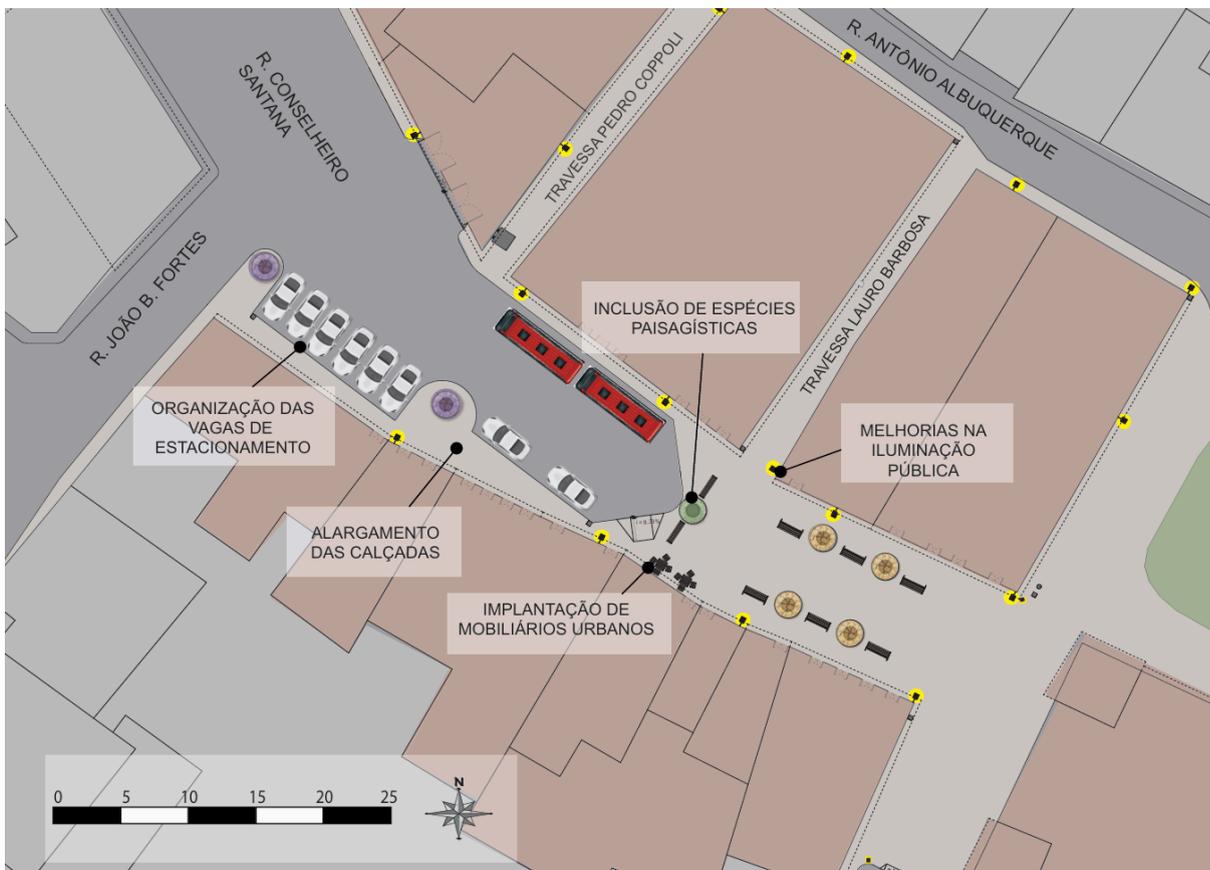
<sup>19</sup> Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Norma Brasileira 9050 de 2020, que dispõe de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

FIGURA 37 - Mapa de desafios.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 38 - Potenciais da proposta.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

Ao compararmos as figuras 36 e 37, é possível visualizar a etapa inicial da proposta projetual, a qual consistiu na delimitação do perímetro destinado ao uso exclusivo de pedestres, mas permitindo ocasionalmente o acesso de veículos para desembarques especiais vinculados à Basílica, como em casamentos, por exemplo. Essa delimitação foi materializada por meio do alçamento das áreas de calçadas, recurso que não apenas reforça a demarcação espacial, mas também promove a unidade do conjunto, configurando-o como um “calçadão” contínuo e integrado. Essa solução urbanística contribui para o fortalecimento da caminhabilidade e cria condições mais adequadas para a vivência turística e comunitária da praça.

### 5.1 Readequação das vagas de estacionamento e sinalização vertical

No projeto de requalificação, propomos a reconfiguração do espaço destinado ao estacionamento, reduzindo-se o número de vagas para um total de oito, das quais duas são acessíveis (uma destinada à idosos e outra à pessoas com

mobilidade reduzida), atendendo às exigências de inclusão social e mobilidade universal<sup>20</sup>. A área destinada ao embarque e desembarque de jardineiras também foi reduzida, mas mantendo o espaço necessário para duas vagas e oferecendo maior espaço livre para calçada. O redesenho das vagas foi orientado pelo manual do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá, adaptado de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Ouro Preto. Tal adaptação foi realizada a fim de garantir as dimensões mínimas de cada vaga, conseguindo assim uma maior área para as calçadas e priorizando os pedestres aos veículos.

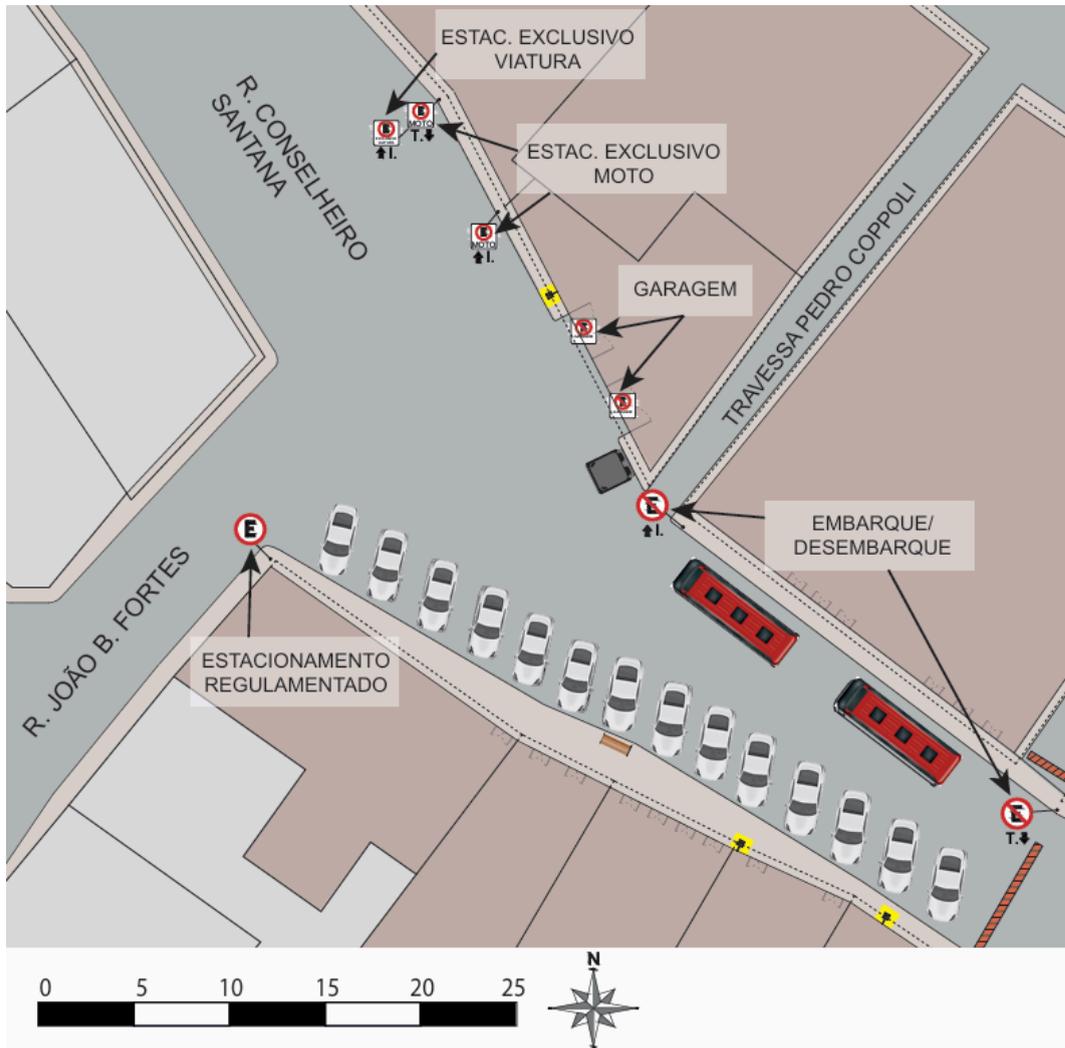
Conforme representado nas figuras 38 e 39 abaixo, em relação à sinalização vertical viária, as alterações implementadas<sup>21</sup> foram a realocação da placa indicativa de término de embarque e desembarque, bem como na adição de novas placas que delimitam o término do estacionamento regulamentado e identificam as vagas exclusivas para pessoas com deficiência (PcD) e a idosos. Essas mudanças foram realizadas a fim de aprimorar a organização do espaço viário e assegurar melhores condições de segurança no fluxo de veículos e pedestres no entorno imediato.

---

<sup>20</sup> De acordo com a NBR9050.

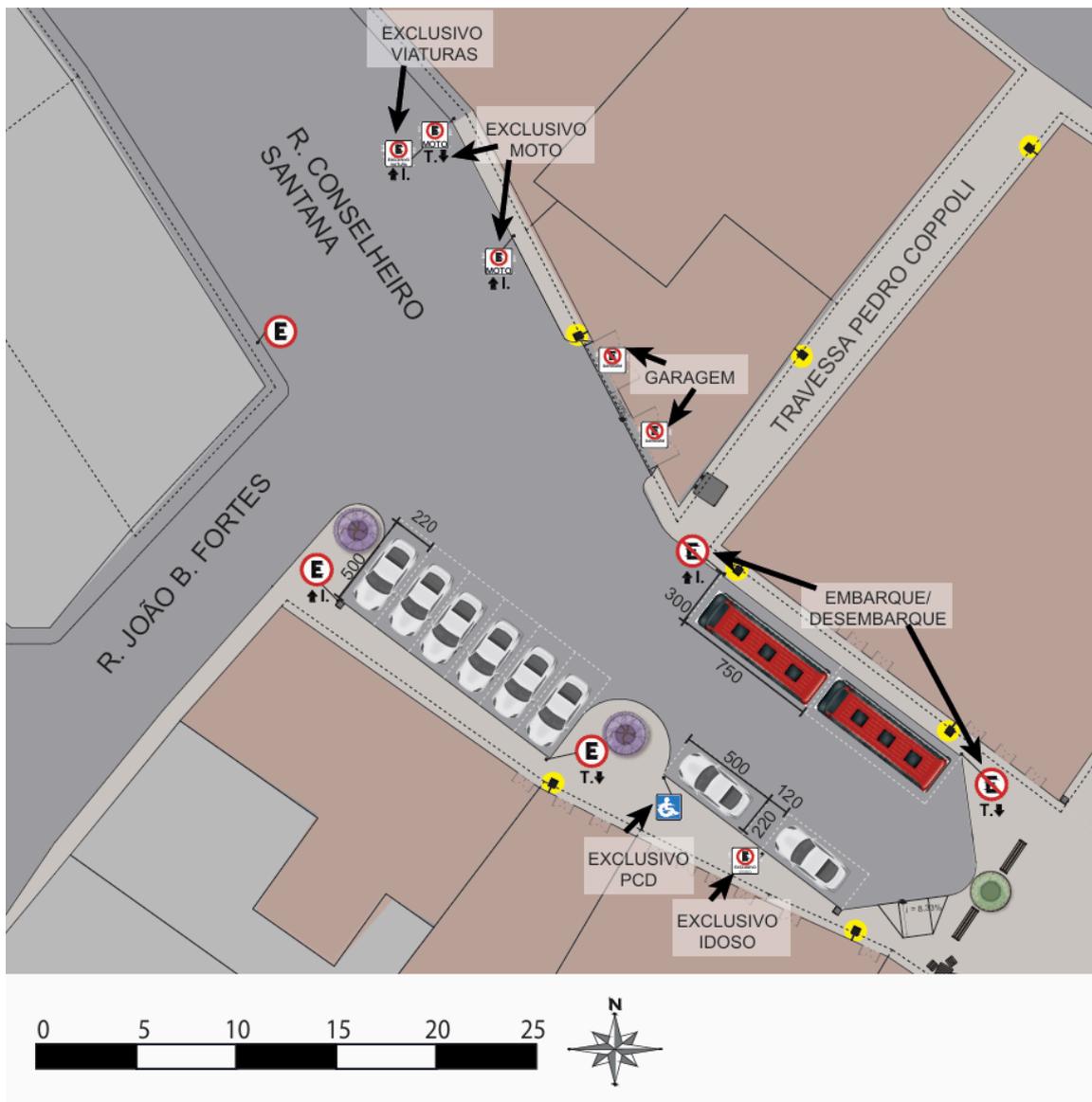
<sup>21</sup> De acordo com o Volume I do Manual Brasileiro de Trânsito - Sinalização Vertical e Regulamentação, do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito).

FIGURA 39 - Vagas de estacionamento e sinalização vertical presentes atualmente na praça.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 40 - Readequação das vagas de estacionamento e sinalização vertical na proposta projetual.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 41 - Vista da proposta projetual.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 42 - Vista das vagas exclusivas de estacionamento.



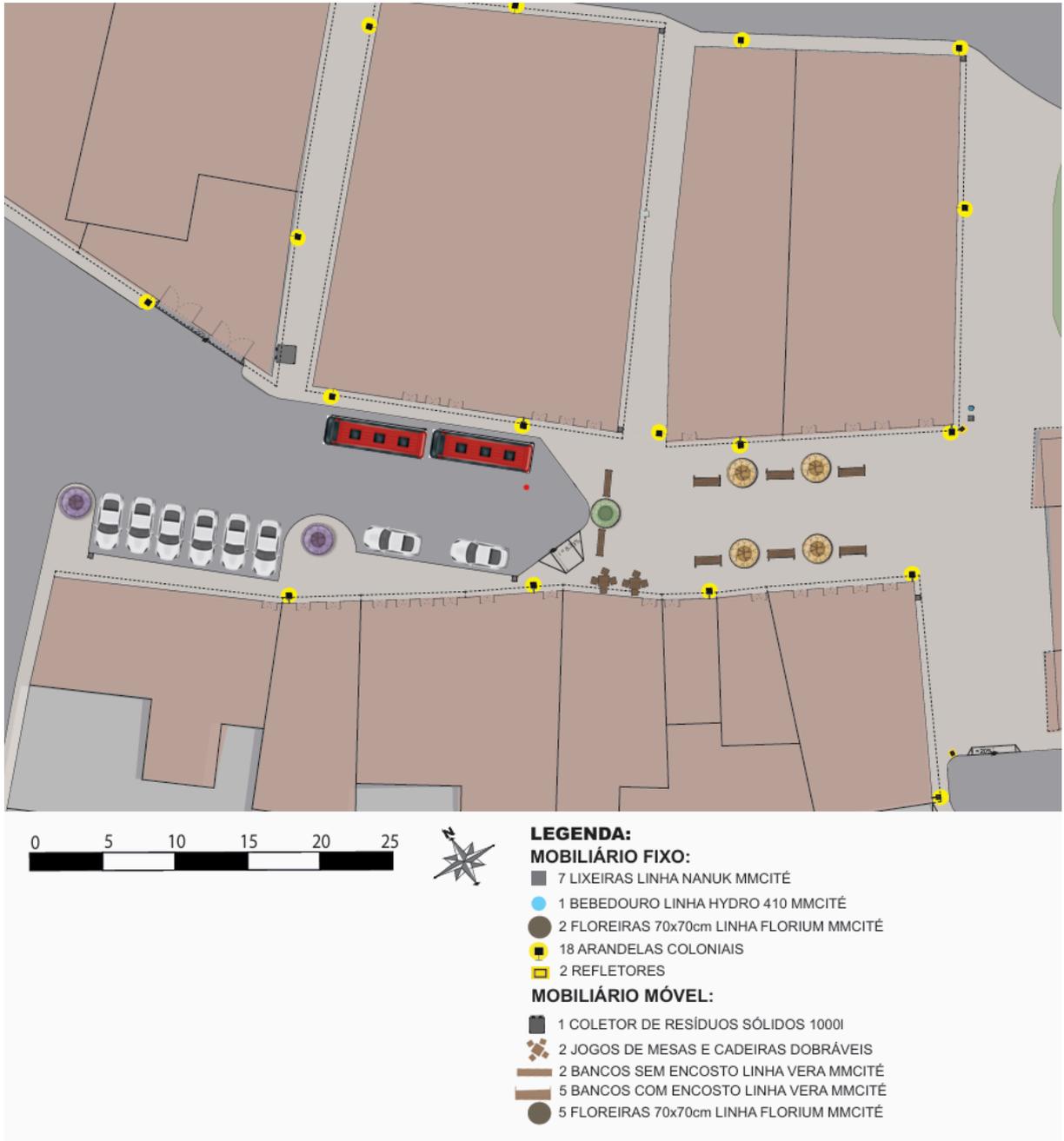
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

## **5.2 Mobiliário e iluminação urbana**

Conforme observado no inventário apresentado no subcapítulo 4.3, a praça Monsenhor Castilho Barbosa quase não possui mobiliário urbano, o que dificulta a permanência do público na mesma, reforçando seu caráter de passagem e de espaço de pequenos eventos, mas dificultando apropriações cotidianas de maior duração. Assim, implementamos no projeto mobiliários fixos e sugerimos layouts de posicionamento de mobiliários móveis, a fim de prolongar a estadia dos usuários na praça.

A seleção dos mobiliários urbanos foi orientada por critérios de funcionalidade, durabilidade e por uma estética discreta, em consonância com o contexto histórico local. A materialidade adotada fundamenta-se basicamente no uso do aço (escolhido por sua elevada resistência e reduzida demanda por manutenção) e da madeira (conferindo ao espaço uma atmosfera mais natural, acolhedora e harmônica).

FIGURA 43 - Proposta de mobiliários.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 44 - Imagem da proposta projetual com mobiliários.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

Para os mobiliários fixos, foram distribuídas lixeiras ao longo de todo o trajeto da praça, a fim de garantir a limpeza e manutenção do espaço. O modelo escolhido foi o da linha Nanuk MMCité (figura 41), de 50l e estruturado em aço galvanizado, garantindo a durabilidade.

Adicionamos um bebedouro, também em aço para garantir a durabilidade, com a finalidade de oferecer um ponto de água potável para a hidratação dos usuários da praça. O modelo escolhido foi o Hydro 410 (figura 42), da empresa MMCité, a qual oferece a água em uma tigela semi-redonda que drena o excesso de água, garantindo higiene e funcionalidade.

Entre as vagas de estacionamento comum, optamos por fixar uma floreira em cada extremidade, a fim de auxiliar na demarcação do local. O padrão escolhido foi a versão redonda da linha Florium (figura 43), também da empresa MMCité, com dimensões de 70x70cm. A resistência é garantida pela estrutura em aço galvanizado, enquanto as ripas de madeira conferem leveza e estética ao mobiliário.

FIGURA 45 - Lixeira da Linha Nanuk MMCité.



Fonte: MMCité. Disponível em:

<<https://www.mmcite.com/upload/26691-nnk-litter-bin-nanuk-budapest-green-court-hungary-08-gallery-large-1024x0.jpg>>. Acesso em agosto de 2025.

FIGURA 46 - Bebedouro da Linha Hydro 410  
MMCité.



Fonte: MMCité. Disponível em: <<https://www.mmcite.com/pt/hydro-410>>. Acesso em agosto de 2025.

FIGURA 47 - Floreiras da Linha Florium MMCité.



Fonte: MMCité. Disponível em:

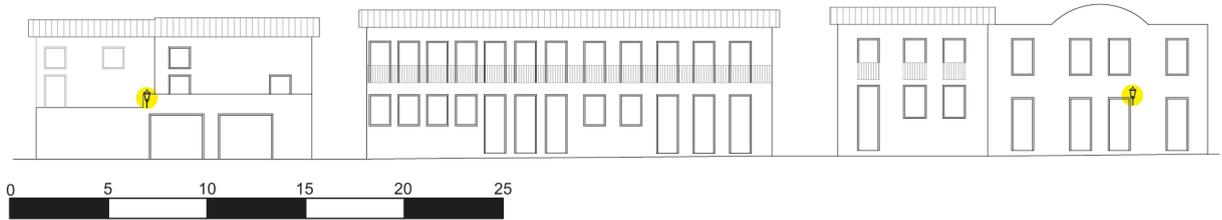
<<https://www.mmcite.com/upload/2225-fl-florium-steel-wood-planter-06-gallery-large-1024x0.jpg>>.

Acesso em agosto de 2025.

Para propor melhorias na iluminação da praça, expandimos o número de arandelas, realocando algumas já existentes, tomando como partido um distanciamento médio de quinze metros entre elas. Essa medida foi adotada a fim de propiciar uma iluminação mais discreta, por se tratar de um centro histórico, ao invés dos dez metros padronizados pelo manual da CEMIG. A iluminação adotada é eficiente para as bordas, mas no centro ainda permaneceria fraca, podendo ser iluminada de forma efêmera em eventos especiais.

Segundo informações da prefeitura, as arandelas não são industrializadas, mas fabricadas de forma artesanal com metal e vidro, podendo variar cerca de 1cm de tamanho entre elas. Atualmente, as lâmpadas utilizadas são de LED de 55W com temperatura de 3000K, correspondendo em termos de luminosidade, à lâmpada de vapor metálico de 150W, utilizada anteriormente. Para esta proposta projetual, utilizaremos as mesmas lâmpadas padronizadas pela prefeitura.

FIGURA 48 - Vista da fachada lateral esquerda com a distribuição atual das arandelas.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 49 - Vista da fachada lateral esquerda com a distribuição de arandelas da proposta projetual.



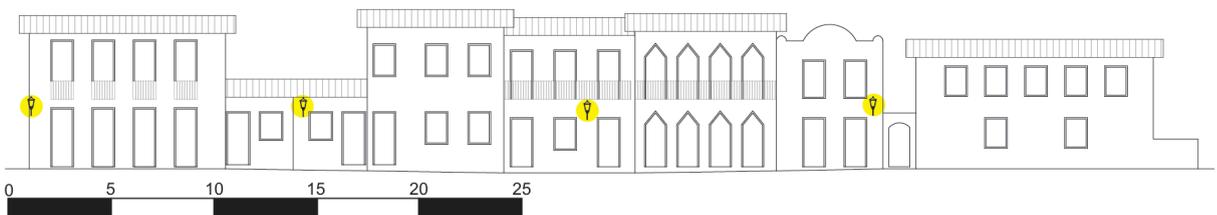
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 50 - Vista da fachada lateral direita com a distribuição atual das arandelas.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 51 - Vista da fachada lateral direita com a distribuição de arandelas da proposta projetual.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

Em relação aos mobiliário móveis, realocamos o coletor de 1000l disponibilizado pela prefeitura na Travessa Pedro Coppoli, com o objetivo de não interferir na circulação e uso do espaço público. Optamos também pela inserção de dois conjuntos de mesas e cadeiras nas proximidades da sorveteria, a fim de servir de mobiliário de apoio e estimular a permanência dos usuários. Para tal, foi selecionado o conjunto dobrável da marca Via Brasil, cuja escolha se fundamenta

devido à versatilidade do design e a resistência conferida pela utilização de madeira maciça. Ressalta-se que a quantidade reduzida de apenas dois conjuntos foi intencionalmente adotada a fim de não atrapalhar a fluidez da circulação dos pedestres nas imediações da sorveteria e da rampa de acesso.

Foram atribuídos ao projeto seis bancos com encosto - para oferecer maior conforto - e dois bancos sem encosto - para disponibilizar o uso em ambos os lados. Ambos os modelos são da linha Vera, MMCité, com estrutura em aço e ripas de madeira, sustentando a fundamentação baseada na resistência e harmonia. Também foram adicionadas cinco floreiras com dimensões 70x70cm, da mesma linha Florium citada anteriormente. A opção da mobilidade destes mobiliários deve-se à possibilidade de realocá-los em determinadas ocasiões, caso necessário, conforme será apresentado no subcapítulo 5.4.

Além disso, em determinados eventos, de acordo com o estudo de insolação apresentado no subcapítulo 4.4, para melhorar o conforto térmico e aumentar o sombreamento na praça, podem ser utilizadas malhas tensionadas de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) na cor branca, a fim de não receber destaque na paisagem.

FIGURA 52 - Banco com encosto Linha Vera MMCité.



Fonte: MMCité. Disponível em:

<<https://www.mmcite.com/upload/1111-lv-vera-steel-wood-parkbench-22-gallery-large-1024x0.jpg>>.

Acesso em agosto de 2025.

FIGURA 53 - Exemplo de malhas tensionadas utilizadas na Escola Municipal de Educação Infantil Caetano Furquim, localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais.



Fonte: Decoração com malhas. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1216706703790755&set=cobertura-com-malhas-para-festa-junina>>. Acesso em agosto de 2025.

A partir destes mobiliários móveis é possível criar diversas configurações na praça e adaptar o espaço aos diferentes tipos de eventos que podem ocorrer na mesma, conforme abordaremos no subcapítulo 5.5.

### 5.3 Paisagismo

A proposta paisagística para o projeto constitui de espécies arbustivas de médio e pequeno porte, plantadas em floreiras especificadas no subcapítulo anterior. As espécies de médio porte deverão ser podadas regularmente, a fim de manter uma copa máxima de dois metros de diâmetro e não atrapalhar a visualização da Basílica de Nossa Senhora do Pilar.

Para a composição paisagística, foram inseridas duas floreiras fixas, posicionadas de modo a auxiliar na demarcação do estacionamento regulamentado, além de contribuir para a qualificação estética da praça. A espécie selecionada para

essas floreiras foi a jabuticabeira, devido a seu porte pequeno a médio e a sua capacidade de adaptação ao clima local.

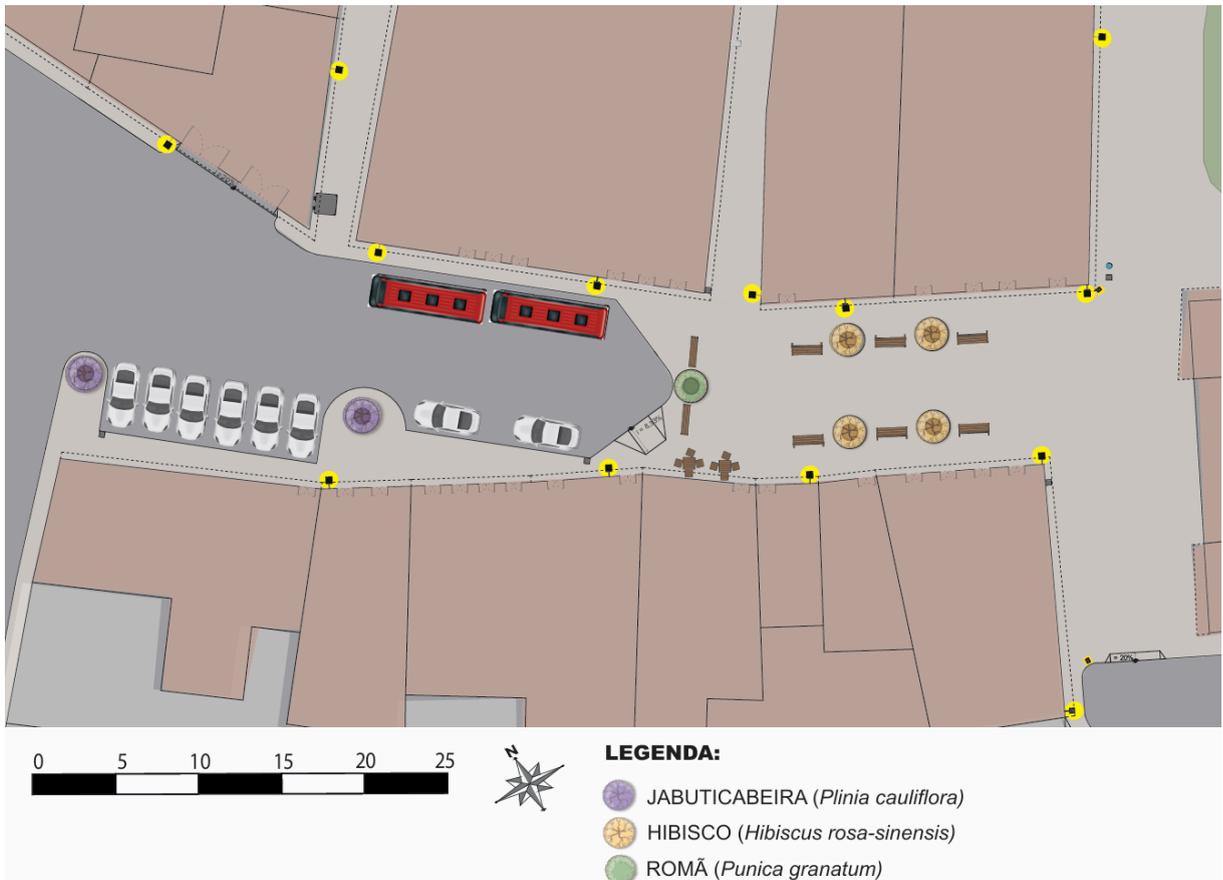
Como citado anteriormente no capítulo 5.2, foram utilizadas cinco floreiras móveis, com o objetivo de oferecer a possibilidade de remanejá-las de acordo com as demandas da praça. Para estas, escolhemos uma muda de romã, posicionada entre os bancos sem encosto, a fim de demarcá-los e oferecer sombreamento aos mesmos. Nas quatro floreiras restantes, optamos por mudas de hibisco entre os bancos com encosto, seguindo os mesmos objetivos de oferecer sombreamento e dar destaque ao mobiliário.

QUADRO 01 - Espécies paisagísticas.

<b>Espécie</b>	<b>Imagem</b>	<b>Tipo de folhagem</b>	<b>Porte</b>	<b>Frutos</b>	<b>Luminosidade</b>
Jabuticabeira ( <i>Plinia cauliflora</i> )		Perene	Pequeno a médio (4–10 m)	Globosos, roxos/pretos, com polpa succulenta	Meia-sombra a sol pleno
Hibisco ( <i>Hibiscus rosa-sinensis</i> )		Perene em regiões tropicais; pode ser decíduo em climas frios	Arbusto (1–4 m)	Pequenos, capsulares	Sol pleno a meia-sombra
Romã ( <i>Punica granatum</i> )		Decídua	Arbusto ou pequena árvore (2–5 m)	Redondos, com polpa comestível	Sol pleno

Fonte: Desenvolvido pela autora a partir da base de dados do Plus Ultra.

FIGURA 54 - Paisagismo proposto no projeto.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 55 - Paisagismo aplicado na proposta projetual.

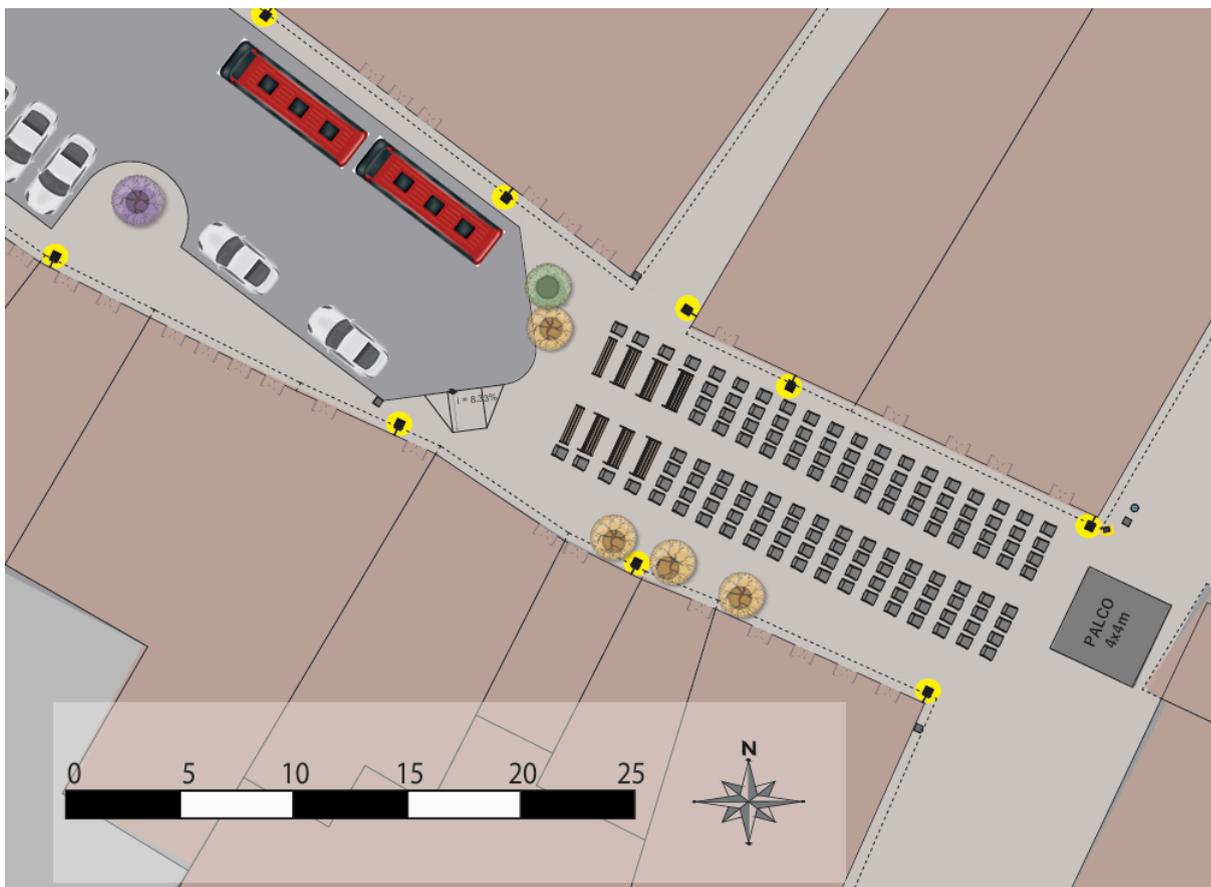


Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

#### **5.4 Adaptação projetual aos diversos usos e eventos na Praça Monsenhor Castilho Barbosa**

Após a definição dos elementos projetuais apresentados, confeccionamos diferentes cenários de apropriações ao longo do ano, a fim de demonstrar a adaptabilidade do projeto a diversos tipos de uso. Um primeiro exemplo de evento é a simulação de uma missa ao ar livre, com um palco de 4x4m (dimensões obtidas pela Secretaria Paroquial) e podendo abrigar cerca de 130 cadeiras, as quais podem ser alugadas pelo organizador do evento. Nesse caso, as floreiras menores do lado esquerdo foram realocadas ao lado direito para melhor espacialidade. Eventualmente, configuração similar, com cadeiras alugadas, poderia ser utilizada para apresentações musicais ou mesmo cinema ao ar livre.

FIGURA 56 - Simulação de adaptação projetual a uma missa ao ar livre.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 57 - Imagem 3D da simulação de adaptação projetual a uma missa ao ar livre.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

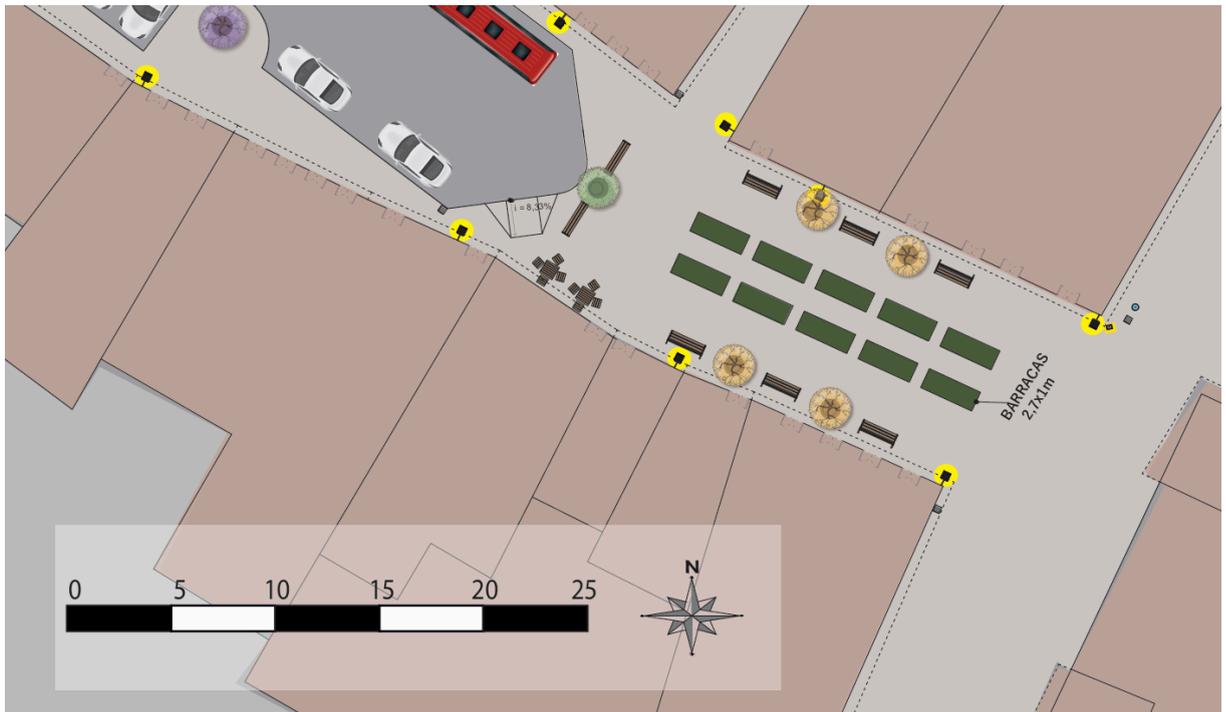
Conforme informamos no subcapítulo 4.1 deste estudo, todos os sábados ocorre uma feira livre de produtos alimentícios na praça, representada na figura 51. Atualmente, a feira ocorre aos sábados próxima à garagem utilizada durante a semana pela Secretaria de Segurança e Trânsito; no exercício projetual, realizamos o levantamento de medidas das barracas - contabilizando dez barracas com cerca de 2,70x1,00m - e decidimos realocá-las no “calçadão” próximo ao adro da basílica, a fim de oferecer maior segurança e comodidade para o público e não interferir no estacionamento e tráfego de veículos.

FIGURA 58 - Imagem da feira livre que ocorre na Praça Monsenhor Castilho Barbosa.



Fonte: Foto da autora, 2025.

FIGURA 59 - Simulação de adaptação projetual à feira livre.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 60 - Imagem 3D da simulação de adaptação projetual à feira livre.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

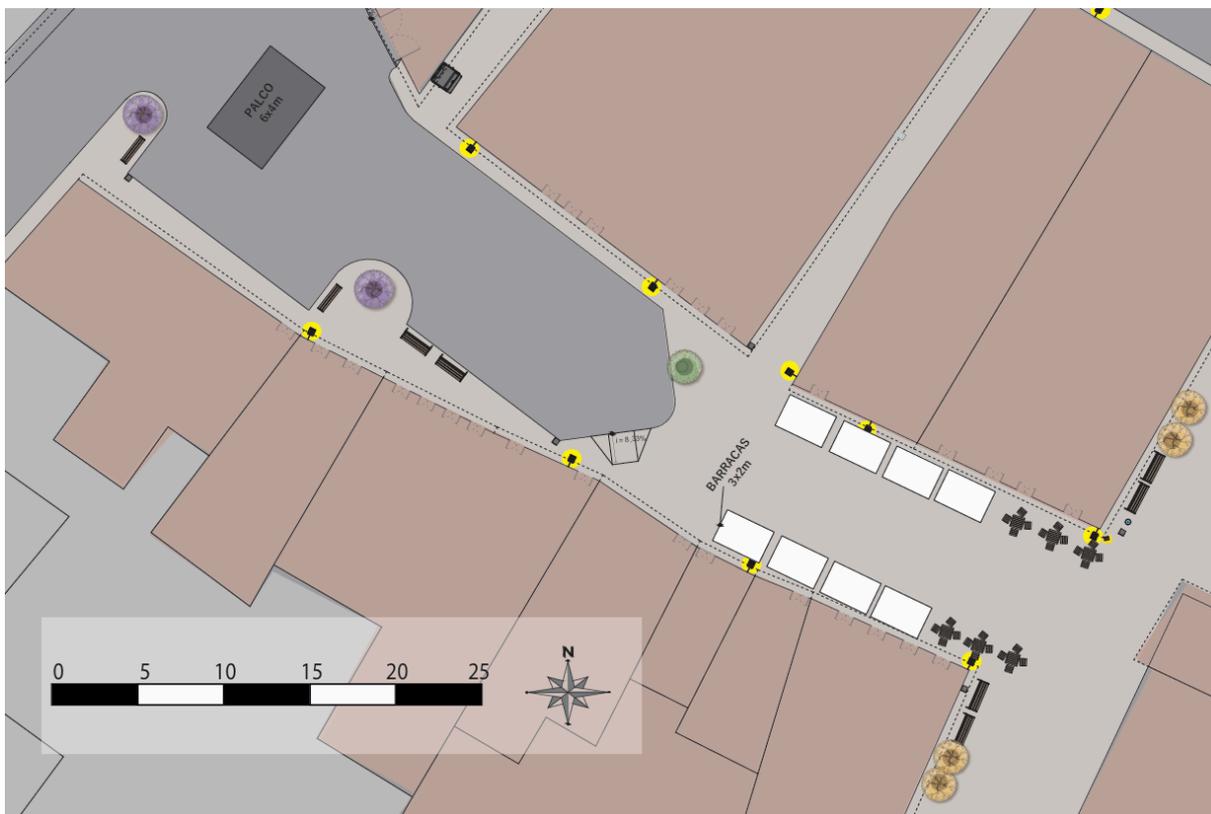
Outro cenário de apropriação simulado foi a tradicional festa junina do Pilar. O palco de 6,00x4,00m (de acordo com a empresa fornecedora Festas Geraes) posicionado de frente para a basílica, próximo à esquina com a Rua João B. Fortes, de modo a reforçar a delimitação do espaço destinado ao evento. No “calçadão”, propôs-se uma área destinada a alimentação composta por barracas dimensionadas com 3,00x2,00m, dispostas lateralmente de forma a minimizar a ocupação da área de circulação. Além disso, foram inseridas mesas e cadeiras (do mesmo modelo das utilizadas como apoio da sorveteria) alocadas ao término da sequência de barracas, oferecendo suporte ao consumo e sociabilidade dos usuários. Ademais, a área de estacionamento foi destinada à permanência exclusiva do público, dispostas lateralmente de forma a minimizar a ocupação da área de circulação.

FIGURA 61 - Imagem da festa junina que ocorre na Praça Monsenhor Castilho Barbosa.



Fonte: Tino Ansaloni, Jornal Voz Ativa, 2023.

FIGURA 62 - Simulação de adaptação projetual à festa junina.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

FIGURA 63 - Imagem 3D da simulação de adaptação projetual à festa junina.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025.

A partir dos cenários apresentados, demonstramos alguns dos diversos potenciais de uso da Praça Monsenhor Castilho Barbosa. Nesse sentido, a proposta de remanejamento do mobiliário urbano, seja por meio da inserção ou da retirada de determinados elementos, revela-se como estratégia fundamental para a ampliação das possibilidades de apropriação do espaço. Essa flexibilidade contribui para que a praça se adapte a diferentes tipos de eventos, desde manifestações culturais e religiosas até atividades recreativas e comunitárias, favorecendo a diversidade de usos e a atração de distintos perfis de público. Dessa forma, o espaço não apenas se mantém funcional, mas também fortalece sua relevância enquanto ponto de encontro, convivência e integração social.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme analisamos nesta pesquisa, os Espaços Livres de Uso Público são áreas de extrema relevância para a vida cotidiana nas cidades. O desenvolvimento deste trabalho, voltado para a requalificação da Praça Monsenhor Castilho Barbosa, localizada na Zona de Proteção Especial de Ouro Preto, evidencia a necessidade de preservar o patrimônio e a usabilidade destes locais, adequando-os às demandas da sociedade contemporânea.

No decorrer dessa pesquisa, pudemos perceber o quão importante é levarmos em consideração o uso desses espaços e buscar alternativas que induzam à ocupação destes pelos moradores, para que sejam não somente mais uma atração turística, mas também um ponto de interatividade entre a população local. Neste estudo, também compreendemos a legislação municipal de Ouro Preto no que tange os ELUPs e como o poder público tem agido na preservação desses espaços.

A intervenção projetual busca promover maior usabilidade da Praça Monsenhor Castilho Barbosa, não somente para os turistas, mas principalmente para a população local, tornando-a um ponto de encontro e troca cultural, não apenas em eventos específicos, mas quotidianamente. As intervenções propostas visam melhorias na infraestrutura urbana, oferecendo maior acessibilidade, conforto e segurança para os usuários da praça. Além disso, os métodos e soluções apresentados neste estudo podem também ser aplicados à outras áreas livres de

uso público presentes na ZPE e até mesmo nas áreas periféricas, ou em outros centros históricos.

## 7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alice Viana de. **ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO EM OURO PRETO-MG**. 2018. Tese de Doutorado – UFMG, Belo Horizonte, 2018.

Araxá. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá (IPDSA). **Parâmetros geométricos mínimos para áreas de estacionamento**. Setembro de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2020. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos / Nabil Bonduki**. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2010.

Brasil. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Portaria nº312 de 20 de outubro de 2010, que dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal**. Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_312\\_de\\_20\\_de\\_outubro\\_de\\_2010.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_312_de_20_de_outubro_de_2010.pdf)>. Acesso em: Jan. 2025.

Conexão Cultural. **Cartilha Guia do Espaço Público**. Paola Caiuby Santiago e Tiago Marchesano – 2ª edição, São Paulo, 2016.

Conselho Nacional de Trânsito(Brasil).(CONTRAN). **Dispositivos Auxiliares / CONTRAN - DENATRAN**. 1ª edição – Brasília: CONTRAN, 2021. 280p.: il. (Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito)

COOPER MARCUS, Clare; FRANCIS, Carolyn. Post-Occupancy Evaluation. In: C. COOPER MARCUS e C. FRANCIS (Eds.), **People places: design guidelines for urban open space** (345-356). New York: John Wiley & Sons, 1998.

COSTA, João Pedro Silva. **Requalificação da praça Prefeito Amadeu Barbosa (Praça da Barra), em Ouro Preto, MG.** 2024. Caderno de Trabalho de Conclusão de Curso - UFOP, Ouro Preto, 2024.

DAMASO, José Carlos do Vale. **Módulo de apoio ao turista: novas formas de recepção e mobilidade para a experiência turística em Ouro Preto-MG.** 2024. Caderno I de Trabalho de Conclusão de Curso - UFOP, Ouro Preto, 2024.

GATTI, Simone. **Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto.** Coordenação do Programa Soluções para Cidades, Simone Gatti – São Paulo, ABCP, 2013.

OURO PRETO. **Lei Municipal Complementar nº29 de 28 de dezembro de 2006, que estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto.** Disponível em: <[http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ\\_txt\(5073\).html](http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_txt(5073).html)>. Acesso em: Jan. 2025.

OURO PRETO. **Lei Municipal Complementar nº93 de 20 de janeiro de 2011, que estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto.** Disponível em: <[http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ\\_txt\(12228\).html](http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_txt(12228).html)>. Acesso em: Jan. 2025.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº178 de 21 de novembro de 1980, que institui o Código de Posturas de Ouro Preto.** Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma\\_juridica/NJ\\_img\(3049\).pdf](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_img(3049).pdf)>. Acesso em: Jan. 2025.

OURO PRETO. **Lei Municipal Complementar nº225 de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre regras gerais para a colocação de mesas, cadeiras e mobiliário complementar em logradouros públicos e em áreas *non aedificandi* em favor de estabelecimentos de serviços de alimentação.** Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma\\_juridica/b9367245944e6c97a69c9691ff222450.html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/b9367245944e6c97a69c9691ff222450.html)>. Acesso em: Jan. 2025.

São Paulo. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. **Espaços públicos e a cidade que queremos.** São Paulo: SMDU, 2016, 172p.

VASCONCELLOS, Sylvio de (1956). **Vila Rica: Formação e desenvolvimento - Residências**. Rio de Janeiro: MEC-Instituto Nacional do Livro.